



Demonstrações Financeiras 2022

Planos Previdenciários

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – CONSOLIDADA.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA.....	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO TRANSITÓRIO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO.....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO MISTO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO FAMÍLIA.....	13
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO FAMÍLIA.....	14
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO FAMÍLIA.....	15
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO.....	16
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO.....	17
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE PECÚLIO.....	18
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	19
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	21
3.1 REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES.....	22
3.2 MOEDA FUNCIONAL E DA APRESENTAÇÃO.....	23
3.3 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD.....	23
3.4 PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS.....	23
3.5 ATIVOS CONTINGENTES.....	24
3.6 ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	24
3.7 SEGREGAÇÃO ENTRE PLANOS.....	24
3.8 EMPRÉSTIMOS.....	24
3.9 IMOBILIZADO.....	26
3.10 INTANGÍVEL.....	26
3.11 OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	27
3.12 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE.....	27
3.13 PIS/COFINS.....	28
3.14 INVESTIMENTOS.....	28
4 DISPONÍVEL.....	29
5 REALIZÁVEL.....	29
5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL.....	29
5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	32
6 INVESTIMENTOS.....	34
6.1 TÍTULOS PÚBLICOS.....	35
6.2 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO.....	37
6.3 RENDA VARIÁVEL.....	38
6.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	38
6.5 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS.....	40
6.6 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	42
6.7 RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS.....	42
7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	42
7.1 IMOBILIZADO.....	43
7.2 INTANGÍVEL.....	43
8 GESTÃO ASSISTENCIAL.....	43
9 EXIGÍVEL OPERACIONAL.....	44

9.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	44
9.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	45
9.3	INVESTIMENTOS	46
10	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	46
10.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	46
10.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	48
11	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	50
11.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS.....	50
11.2	EQUILÍBRIO TÉCNICO.....	51
12	FUNDOS	53
12.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	53
12.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS.....	54
12.2.1	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	54
12.2.2	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO.....	54
12.3	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	55
13	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO.....	55
14	CONTINGÊNCIAS ATIVAS	56
16	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	57
17	GESTÃO DE RISCOS	59
18	CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)	59
19	PARTES RELACIONADAS.....	60
19.1	TRANSAÇÕES COM O PATROCINADOR	60
19.2	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	61
19.3	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS – PESSOAL CHAVE	61
20	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	61
20.1	RESOLUÇÃO NORMATIVA PREVIC N.º 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022	61
20.2	AÇÕES LOJAS AMERICANAS	61

Balanco Patrimonial – Consolidado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

ATIVO	Nota	2022	2021	Variação (%)
DISPONÍVEL	4	628	449	40,01%
REALIZÁVEL	5	4.153.262	4.045.020	2,68%
Gestão Previdencial	5.1	643.512	728.597	-11,68%
Gestão Administrativa	5.2	14.009	12.516	11,94%
Investimentos	6	3.495.741	3.303.907	5,81%
Títulos Públicos	6.1	2.304.563	1.893.213	21,73%
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.2	127.834	87.152	46,68%
Renda Variável	6.3	136.689	101.751	34,34%
Fundos de Investimentos	6.4	765.163	1.045.643	-26,82%
Investimentos em Imóveis	6.5	75.158	101.842	-26,20%
Operações com Participantes	6.6	75.091	74.306	1,06%
Recursos a Receber - Precatórios	6.7	11.243	-	-
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	7	7.912	7.891	0,27%
Imobilizado	7.1	7.912	7.891	0,27%
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	154.882	137.647	12,52%
TOTAL DO ATIVO		4.316.685	4.191.006	3,00%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial – Consolidado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

PASSIVO	Nota	2022	2021	Variação (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	16.059	17.867	-10,12%
Gestão Previdencial	9.1	11.612	9.800	18,49%
Gestão Administrativa	9.2	2.146	2.202	-2,52%
Investimento	9.3	2.300	5.865	-60,78%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	40.743	42.597	-4,35%
Gestão Previdencial	10.1	29.513	32.803	-10,03%
Gestão Administrativa	10.2	11.230	9.794	14,66%
PATRIMÔNIO SOCIAL		4.105.001	3.992.896	2,81%
Patrimônio de Cobertura do Plano	11	4.005.757	3.909.430	2,46%
Provisões Matemáticas	11.1	4.463.997	4.254.097	4,93%
Benefícios Concedidos		3.916.927	3.731.783	4,96%
Benefícios a Conceder		917.918	899.537	2,04%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(370.848)	(377.223)	-1,69%
Equilíbrio Técnico	11.2	(458.240)	(344.668)	32,95%
Resultados Realizados		(458.240)	(344.668)	32,95%
(-) Déficit Técnico Acumulado		(458.240)	(344.668)	32,95%
Fundos	12	99.243	83.466	18,90%
Fundos Previdenciais	12.1	14.638	13.465	8,71%
Fundos Administrativos	12.2	62.381	49.539	25,92%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	12.2	22.224	20.461	8,62%
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	154.882	137.647	12,52%
TOTAL DO PASSIVO		4.316.685	4.191.006	3,00%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		3.992.896	3.721.596	7,29%
1. Adi�es		545.467	667.986	-18,34%
(+)	Contribui�es Previdenciais	217.659	226.276	-3,81%
(+)	Portabilidades	1.975	312	533,11%
(+)	Atualiza�o de Depósitos Judiciais/Recursais	26	22	21,17%
(+)	Outras Adi�es Previdenciais	6.118	3.040	101,28%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	284.197	409.074	-30,53%
(+)	Receitas Administrativas	28.423	24.759	14,80%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.305	2.439	117,48%
(+)	Constitui�o de Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.763	2.063	-14,56%
2. Destina�es		(433.362)	(396.686)	9,25%
(-)	Benefícios	(360.902)	(330.652)	9,15%
(-)	Resgates	(10.759)	(5.945)	80,98%
(-)	Portabilidades	(682)	(102)	565,05%
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	(67)	(36)	88,71%
(-)	Outras Dedu�es	(7.718)	(27)	28928,81%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(28.741)	(38.561)	-25,47%
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(3.606)	(1.714)	110,41%
(-)	Despesas Administrativas	(20.886)	(19.555)	6,80%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(51)	-
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(43)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		112.105	271.300	-58,68%
(+/-)	Provisões Matemáticas	209.900	388.683	-46,00%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(113.572)	(127.963)	-11,25%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.172	967	21,25%
(+/-)	Fundos Administrativos	12.842	7.549	70,12%
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.763	2.063	-14,56%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)		4.105.001	3.992.896	2,81%
5. Gestão Assistencial		12.123	14.226	-14,78%
(+)	Receitas Assistenciais	197.377	56.932	246,69%
(-)	Despesas Assistenciais	(185.254)	(42.706)	333,79%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	49.539	41.991	17,98%
1. Custeio da Gestão Administrativa	33.728	27.198	24,01%
1.1. Receitas	33.728	27.198	24,01%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3	5	-40,95%
Custeio Administrativo dos Investimentos	23.654	20.845	13,48%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	685	606	13,04%
Reembolso da Gestão Assistencial	3.752	3.052	22,94%
Receitas Diretas	254	228	11,10%
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	-	22	-
Outras Receitas	75	2	3875,12%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.305	2.439	117,48%
2. Despesas Administrativas	20.886	19.555	6,80%
2.1. Administração Previdencial	17.113	16.504	3,69%
Pessoal e encargos	9.475	9.361	1,21%
Treinamentos/Congressos e Seminários	138	97	42,42%
Viagens e Estadias	18	17	0,31%
Serviços de Terceiros	2.904	2.798	3,79%
Despesas Gerais	2.808	2.737	2,58%
Depreciações e Amortizações	251	241	4,37%
Tributos	1.390	1.122	23,92%
Outras Despesas	129	130	-0,44%
2.3. Administração da Gestão Assistencial – Despesas e Constituição/Reversão de Contingênc	3.752	3.052	22,94%
2.5 Fomento	21	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	43	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	51	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)	12.842	7.549	70,12%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	12.842	7.549	70,12%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	62.381	49.539	25,92%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>682.497</u>	<u>663.731</u>	2,83%
	1. Adic�es	<u>95.688</u>	<u>109.913</u>	-12,94%
(+)	Contribui�es	61.686	70.168	-12,09%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	33.066	38.793	-14,76%
(+)	Reversão L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-	743	-
(+)	Outras Adic�es	937	210	347,03%
	2. Destina�es	<u>(102.901)</u>	<u>(91.147)</u>	12,90%
(-)	Benefícios	(96.986)	(91.047)	6,52%
(-)	Resgates	(22)	(48)	-53,13%
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	-	(25)	-
(-)	Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(2.940)	-	-
(-)	Outras Dedu�es	(2.952)	(27)	11004,20%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>(7.213)</u>	<u>18.766</u>	-138,44%
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.574	43.299	-91,75%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(10.787)	(24.533)	-56,03%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u>675.284</u>	<u>682.497</u>	-1,06%
	C) Fundos não previdenciais	<u>8.611</u>	<u>7.355</u>	17,08%
(+/-)	Fundos Administrativos	5.709	4.802	18,89%
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	2.902	2.553	13,67%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativo	697.633	705.007	-1,05%
Disponível	67	83	-19,30%
Receável	284.166	331.243	-14,21%
Investimentos	413.400	373.681	10,63%
Títulos Públicos	278.035	206.066	34,92%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	11.729	1.112	954,35%
Renda Variável	19.536	14.537	34,39%
Fundos de Investimentos	91.169	144.049	-36,71%
Operações com Participantes	7.225	7.917	-8,74%
Recursos a Receber - Precatórios	5.705	-	-
2. Obrigações	13.738	15.155	-9,35%
Operacional	1.134	794	42,77%
Contingencial	12.604	14.361	-12,24%
3. Fundos não Previdenciais	8.611	7.355	17,08%
Fundos Administrativos	5.709	4.802	18,89%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	2.902	2.553	13,67%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	675.284	682.497	-1,06%
Provisões Matemáticas	720.094	716.520	0,50%
Superávit/Déficit Técnico	(44.810)	(34.023)	31,71%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(44.810)	(34.023)	31,71%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	16.384	10.619	54,29%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(28.426)	(23.404)	21,46%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	691.923	700.205	-1,18%
1. Provisões Matemáticas	720.094	716.520	0,50%
1.1. Benefícios Concedidos	865.843	864.338	0,17%
Benefício Definido	865.843	864.338	0,17%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(145.749)	(147.818)	-1,40%
(-) Déficit equacionado	(145.749)	(147.818)	-1,40%
(-) Assistidos	(145.749)	(147.818)	-1,40%
2. Equilíbrio Técnico	(44.810)	(34.023)	31,71%
2.1. Resultados Realizados	(44.810)	(34.023)	31,71%
(-) Déficit técnico acumulado	(44.810)	(34.023)	31,71%
3. Fundos	2.902	2.553	13,67%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	2.902	2.553	13,67%
4. Exigível Operacional	1.134	794	42,77%
4.1. Gestão Previdencial	866	550	57,50%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	267	244	9,56%
5. Exigível Contingencial	12.604	14.361	-12,24%
5.1 Gestão Previdencial	12.604	14.361	-12,24%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>3.227.551</u>	<u>2.985.258</u>	8,12%
	1. Adições	<u>384.433</u>	<u>489.855</u>	-21,52%
(+)	Contribuições	155.906	156.113	-0,13%
(+)	Portabilidade	1.975	312	533,11%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	221.344	330.578	-33,04%
(+)	Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	26	22	21,17%
(+)	Outras Adições	5.182	2.830	83,09%
	2. Destinações	<u>(280.526)</u>	<u>(247.563)</u>	13,32%
(-)	Benefícios	(263.606)	(239.091)	10,25%
(-)	Resgates	(10.737)	(5.897)	82,07%
(-)	Portabilidade	(682)	(102)	565,05%
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	(67)	(10)	554,85%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(667)	(2.457)	-72,87%
(-)	Custeio Administrativo	(3)	(5)	-40,61%
(-)	Outras Deduções	(4.766)	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>103.907</u>	<u>242.292</u>	-57,12%
(+/-)	Provisões Matemáticas	206.253	345.384	-40,28%
(+/-)	Fundos Previdenciais	439	338	29,79%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(102.785)	(103.430)	-0,62%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u>3.331.458</u>	<u>3.227.551</u>	3,22%
	C) Fundos não previdenciais	<u>75.810</u>	<u>62.518</u>	21,26%
(+/-)	Fundos Administrativos	56.487	44.610	26,62%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	19.323	17.909	7,90%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativo	3.436.945	3.323.372	3,42%
Disponível	394	268	47,25%
Recebível	421.540	446.765	-5,65%
Investimentos	3.015.010	2.876.339	4,82%
Títulos Públicos	2.007.943	1.669.238	20,29%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	116.105	86.040	34,94%
Renda Variável	116.245	86.953	33,69%
Fundos de Investimentos	626.156	865.877	-27,69%
Investimentos em Imóveis	75.158	101.842	-26,20%
Operações com Participantes	67.866	66.389	2,22%
Recursos a Receber - Precatórios	5.538	-	-
2. Obrigações	29.678	33.303	-10,89%
Operacional	12.768	14.861	-14,08%
Contingencial	16.909	18.442	-8,31%
3. Fundos não Previdenciais	75.810	62.518	21,26%
Fundos Administrativos	56.487	44.610	26,62%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	19.323	17.909	7,90%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.331.458	3.227.551	3,22%
Provisões Matemáticas	3.743.831	3.537.577	5,83%
Superávit/Déficit Técnico	(413.430)	(310.645)	33,09%
Fundos Previdenciais	1.057	618	71,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(413.430)	(310.645)	33,09%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	181.571	139.695	29,98%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(231.859)	(170.950)	35,63%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.380.458	3.278.762	3,10%
1. Provisões Matemáticas	3.743.831	3.537.577	5,83%
1.1. Benefícios Concedidos	3.051.084	2.867.445	6,40%
Contribuição Definida	147.181	123.989	18,70%
Benefício Definido	2.903.903	2.743.456	5,85%
1.2. Benefício a Conceder	917.846	899.537	2,04%
Contribuição Definida	842.779	808.840	4,20%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	371.041	353.012	5,11%
Saldo de contas - parcela participantes	471.738	455.828	3,49%
Benefício Definido	75.066	90.697	-17,23%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(225.099)	(229.404)	-1,88%
(-) Déficit equacionado	(225.099)	(229.404)	-1,88%
(-) Participantes	(6.593)	(6.474)	1,83%
(-) Assistidos	(218.506)	(222.930)	-1,98%
2. Equilíbrio Técnico	(413.430)	(310.645)	33,09%
2.1. Resultados Realizados	(413.430)	(310.645)	33,09%
(-) Déficit técnico acumulado	(413.430)	(310.645)	33,09%
3. Fundos	20.380	18.527	10,00%
3.1. Fundos Previdenciais	1.057	618	71,00%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	19.323	17.909	7,90%
4. Exigível Operacional	12.768	14.861	-14,08%
4.1. Gestão Previdencial	10.746	9.250	16,17%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.023	5.611	-63,96%
5. Exigível Contingencial	16.909	18.442	-8,31%
5.1 Gestão Previdencial	16.909	18.442	-8,31%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Família

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	-	-	-
	1. Adições	<u>72</u>	<u>-</u>	-
(+)	Contribuições	70	-	-
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1)	<u>72</u>	<u>-</u>	-
(+/-)	Provisões Matemáticas	72	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u>72</u>	<u>-</u>	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Família

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativo	<u>72</u>	<u>-</u>	-
Recebível	1	-	-
Investimentos	71	-	-
Fundos de Investimentos	71	-	-
5. Ativo Líquido (1)	<u>72</u>	<u>-</u>	-
Provisões Matemáticas	72	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Família

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1)	72	-	-
1. Provisões Matemáticas	72	-	-
1.2. Benefício a Conceder	72	-	-
Contribuição Definida	72	-	-
Saldo de contas - parcela participantes	72	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

DESCRI�O		2022	2021	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>12.847</u>	<u>12.218</u>	5,15%
(+)	1. Adic�es	<u>1.044</u>	<u>1.143</u>	-8,66%
	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.044	1.143	-8,66%
(-)	2. Destina�es	<u>(310)</u>	<u>(514)</u>	-39,65%
	Benefícios	(310)	(514)	-39,65%
(+/-)	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>734</u>	<u>629</u>	16,66%
	Fundos Previdenciais	734	629	16,66%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u>13.581</u>	<u>12.847</u>	5,72%
(+/-)	C) Fundos não previdenciais	<u>185</u>	<u>128</u>	45,15%
	Fundos Administrativos	185	128	45,15%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativo	13.775	12.983	6,10%
Disponível	26	29	-9,18%
Recebível	185	128	45,15%
Investimentos	13.563	12.827	5,74%
Títulos Públicos	7.722	7.693	0,38%
Renda Variável	419	262	59,86%
Fundos de Investimentos	5.422	4.872	11,30%
2. Obrigações	9	8	5,77%
Operacional	9	8	5,77%
3. Fundos não Previdenciais	185	128	45,15%
Fundos Administrativos	185	128	45,15%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	13.581	12.847	5,71%
Fundos Previdenciais	13.581	12.847	5,71%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(R\$ mil)

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (3+4)	13.589	12.855	5,71%
3. Fundos	<u>13.581</u>	<u>12.847</u>	5,71%
3.1. Fundos Previdenciais	13.581	12.847	5,71%
4. Exigível Operacional	<u>9</u>	<u>8</u>	5,77%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	8	5,77%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, inscrita no CNPJ n.º 82.956.996/0001-78, com sede na Avenida Hercílio Luz, n.º 639 - 6º e 7º andar - Ed. Alpha Centauri, foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, nas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGE de acionistas realizadas em 09 de dezembro de 1969 e 19 de setembro de 1973. A CELOS é uma Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, pelo seu Estatuto, pelos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, tendo por finalidade:

- Instituir, administrar e executar planos de natureza previdenciária aos Empregados das Patrocinadoras que assinaram ou que venham a assinar o Convênio de Adesão, conforme consta no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, na forma da lei;
- Administrar e executar planos de assistência à saúde, referido no art. 76 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos – e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar;
- Estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidade de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus objetivos; e
- Manter o Plano de Pecúlio, instituído em 1997, mediante contribuição específica definida em nota técnica atuarial anual, respeitada a legislação pertinente.



A CELOS administra os seguintes Planos Previdenciários:

PLANO TRANSITÓRIO

- **CNPB:** 19.960.052-19
- **CNPJ:** 48.306.938/0001-60
- **Tipo de Plano:** Benefício Definido
- **Características:** Plano fechado para novas adesões desde janeiro de 1997.

PLANO MISTO

- **CNPB:** 19.960.051-38
- **CNPJ:** 48.306.937/0001-16
- **Tipo de Plano:** Contribuição Variável/Contribuição Definida
- **Características:** Plano de Contribuição Definida durante a capitalização e Benefício Definido no gozo dos benefícios. Instituído em 01 de janeiro de 1997, sendo que o

processo de migração do Plano Transitório para o Plano Misto ocorreu de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000, com 98% de migração dos Participantes Ativos. Para os Participantes que aderiram ao Plano a partir da versão 14 do Regulamento, aprovado pela PREVIC em 16 de julho de 2018, o Plano Misto passou à categoria de Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização quanto na fase de gozo dos benefícios.

PLANO CELOS FAMÍLIA

- **CNPB:** 2021.001-92
- **CNPJ:** 48.307.765/0001-03
- **Tipo de Plano:** Contribuição Definida
- **Características:** Plano instituído, na modalidade de Contribuição Definida, implantado pela CELOS em 20 de julho de 2022. O modelo prevê como Instituidor a ABRAPP, através da figura de um Plano Setorial, por meio da assinatura de Convênio de Adesão ao Plano Setorial da ABRAPP, bem como Termo de Acordo de Afiliado ao Plano Setorial da ABRAPP. Podem ser Participantes do Plano todos os Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários dos Planos Previdenciários e Assistenciais da CELOS e seus familiares até o 4º grau de parentesco, e por afinidade até o 2º.

PLANO DE PECÚLIO

- **CNPB:** 19.970.023-29
- **CNPJ:** 48.306.958/0001-31
- **Tipo de Plano:** Benefício de Risco.
- **Características:** Plano aprovado pela SPC/MPAS, por meio do Ofício n.º 546 SPC/CGOF/COJ, de 19 de agosto de 1997, sendo que as atualizações dos valores de cobertura ocorrem em outubro de cada ano pelo indexador atuarial do Plano. Sua cobertura se dá por morte natural, morte acidental (três vezes o valor da morte natural) ou invalidez do Participante, reconhecida por um dos regimes de previdência oficial, em decorrência de acidente do trabalho ou doença do trabalho, cujo fato gerador seja posterior à sua adesão (pagamento de 75% da morte natural).

Destaca-se que a CELOS possuía, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o seguinte perfil de Participantes:

TABELA 1 – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

Participantes	2022				2021			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio
Ativos	-	3.529	52	3.542	-	3.485	-	3.413
Assistidos	859	3.689	-	241	940	3.598	-	261
Pensionista	1.021	443	-	-	974	388	-	-
Autopatrocinados	-	9	-	7	-	7	-	5
BPD(a)	-	16	-	13	-	8	-	6
Total	1.880	7.686	52	3.803	1.914	7.486	-	3.685

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

A idade média dos Participantes dos Planos Previdenciários da CELOS por condição de sócio é:

TABELA 2 – IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES

Participantes	2022				2021			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio
Ativos	-	41	20	41	-	41	-	41
Assistidos	79	65	-	66	78	64	-	65
Pensionista	76	63	-	-	75	61	-	-
Autopatrocinados	-	48	-	49	-	46	-	46
BPD (a)	-	44	-	45	-	42	-	42

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da CELOS estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, especificamente a Resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021, e a Instrução PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução PREVIC n.º 44, de 23 de novembro de 2021.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura de planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestão previdencial, assistencial, administrativa e o fluxo dos investimentos proporcionem informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26. As Demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos Planos de Benefícios, quando aplicável.

A autorização para a conclusão destas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria Executiva da CELOS em 30 de janeiro de 2023, submetendo-se à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração deste documento foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimento, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados aos Participantes, Assistidos e Empregados, e os cálculos atuariais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Entidade revisa, conforme o caso, as metodologias e premissas inerentes anualmente.



O resultado de cada Plano de Benefício, do Administrativo e do Consolidado, é apurado mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência, exceto o registro das contribuições previdenciais do Plano Família, que são registradas pelo regime de caixa, e demais princípios aplicáveis, verificados em todos os registros contábeis, além das disposições da Resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021,

da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018 e da Instrução Normativa PREVIC n.º 33, de 23 de outubro de 2020.

Conforme art. 30, da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido ao resultado, respectivamente, para fins de apuração de superávit ou déficit.

O valor do ajuste de precificação mencionado corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, com base na sua taxa de juros, levados até o vencimento.

De acordo com o art. 20 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, o Superávit Técnico apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula $[(10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})) \times \text{Provisão Matemática}]$, o que for menor, conforme determinado pela Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva Especial para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018. O superávit ou déficit técnico são demonstrados pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Também em atenção ao parágrafo único – art. 15 da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, o limite citado anteriormente é calculado sobre a totalidade das Provisões Matemáticas que representam a parte dos benefícios estruturados como Benefício Definido, conforme classificação estabelecida pela Resolução CNPC n.º 41, de 09 de junho de 2021.

Com base no art. 29 da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado até o final do exercício subsequente um plano de equacionamento do déficit técnico acumulado que ultrapassar o limite calculado pela seguinte fórmula $[1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$, devendo este, dentro do prazo, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

3.1 Registro do resultado das operações

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios. Ressalta-se que o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021, prevê que os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de

benefícios de planos estruturados nas modalidades de Contribuição Definida e Contribuição Variável poderão ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios. Entretanto, vale salientar que as contabilizações relativas às contribuições e aos pagamentos de benefícios dos Planos administrados pelos CELOS, foram efetuadas pelo regime de competência, exceto o registro das contribuições previdenciais do Plano Família, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2 Moeda funcional e da apresentação

As Demonstrações Financeiras são elaboradas em R\$ mil, que é a sua moeda funcional e de apresentação, uma vez que o ambiente econômico em que a Entidade opera é nacional. Ressalta-se que os respectivos valores podem apresentar diferenças se somados individualmente devido ao arredondamento de casas decimais.

3.3 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no art. 19 da Instrução Normativa PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020, e suas alterações posteriores.

Na constituição da provisão, referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

3.4 Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço, mais a diferença de 50% e 13º salários são provisionados no Plano de Gestão Administrativa – PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.5 Ativos Contingentes

Em atenção ao disposto na Resolução CFC n.º 1.180, de 04 de agosto de 2009, e Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, que estabelecem a necessidade de uma descrição da natureza do ativo contingente quando for provável a entrada do benefício econômico, apresenta-se na Nota Explicativa n.º 14 os ativos contingentes da CELOS, em 31 de dezembro de 2022.

3.6 Atualização dos depósitos judiciais

Os depósitos judiciais registrados no patrimônio dos Planos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021, a atualização dos depósitos judiciais ocorreu somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da Entidade.

3.7 Segregação entre Planos

Os ativos e passivos, bem como as receitas e despesas, possuem forma de segregação real.

- **Segregação Real:** a forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios são individualizadas na aplicação dos recursos, ou seja, a Entidade adota o padrão multifundo para seus Planos.
- **Segregação por cotas:** forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios em que não há individualização na aplicação dos recursos (unifundo), sendo necessário definir um procedimento para cotizar os investimentos de cada Plano de Benefícios.

3.8 Empréstimos

Correspondem às operações com Participantes Ativos e Assistidos e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos pela CELOS, permitidos pela Resolução CMN n.º 4.994, de 24 de março de 2022.

As concessões de empréstimos à Participantes Ativos e Assistidos têm como base os seguintes prazos e condições:

- **Líquido disponível:**
 - Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;

- Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial: além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver; e
 - Será aplicada a tabela de redução escalonada do líquido disponível para os Participantes Ativos e Assistidos inadimplentes, com a redução de 1% para cada registro de inadimplência total ou parcial das parcelas de empréstimo, independente do contrato em vigor, observando o histórico de pagamento dos últimos 24 meses.
- **Inadimplência Parcial:**
 - Será utilizada uma margem de tolerância de até 5% do valor da parcela para que os pagamentos parciais sejam considerados inadimplência. Excedidos os 5% de tolerância, o pagamento parcial será contabilizado para a aplicação da redução escalonada do líquido disponível.
 - **Carência por inadimplência:**
 - Nas situações de inadimplência, principalmente as que demandem execução judicial, a concessão de novo empréstimo estará sujeita à carência de 12 (doze) meses, sendo possível apenas renegociação do saldo devedor.
 - **Limite do valor da concessão:**
 - Limitado a 100% do saldo da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP).
 - **Prazo de amortização e taxa de juros:**
 - Prazo normal de concessão de 01 a 60 prestações mensais e consecutivas;
 - Prazo especial para concessão de até 84 meses somente para renegociações, sem liberação de novos recursos (repactuação “sem dinheiro novo”), mediante análise prévia e aprovação da Comissão de Análise de Crédito e da Diretoria Executiva; e
 - Taxa de juros de 0,60% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso, mais IPCA.

Para Participantes Ativos ou Assistidos com idade acima de 70 anos, o prazo máximo para concessão será de até 60 prestações, conforme Regulamento vigente para análise, concessão de crédito e cobrança de débitos de empréstimos da CELOS.

Empréstimos Giro CELOS

Em 2022, foi lançado uma terceira modalidade de empréstimo denominada de “Empréstimo Giro CELOS”, com as seguintes características:

- **Líquido disponível:**
 - Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;

- Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial: além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver;
 - Poderá ser contratado paralelamente ao empréstimo pessoal, desde que haja margem consignável.
- **Limite do valor da concessão:**
 - Limitado a R\$5.000,00.
 - **Prazo de amortização e taxa de juros:**
 - Prazo normal de concessão de 01 a 24 prestações mensais e consecutivas;
 - Taxa de juros de 0,50% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso, mais IPCA.

3.9 Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da CELOS são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem, estimada na aquisição à base das seguintes alíquotas anuais:

TABELA 3 – DEPRECIÇÃO

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Os imóveis de uso próprio (administrativo) seguem a vida útil estimada pelo laudo de reavaliação.

3.10 Intangível

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo Intangível têm a amortização iniciada após a conclusão de sua implantação pelo prazo de 60 meses. No registro contábil das amortizações, a CELOS observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada mensalmente como redutora em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.11 Operações Administrativas

O Plano de Gestão Administrativa – PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade e teve o seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo 04/2022, de 05 de janeiro de 2022, com vigência retroativa a 01 de janeiro de 2022, em que definiu todos os requisitos para a sua operacionalização.

O patrimônio do PGA é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais e constituído pelas receitas (taxa de administração previdencial, taxa de administração sobre empréstimos, reembolso de algumas despesas administrativas de investimentos e diretas, e reembolsos administrativos das atividades assistenciais), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes Ativos e Assistidos dos Planos Previdenciários.

As receitas administrativas da CELOS são debitadas aos Planos Previdenciários em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais e devidamente reembolsados.

A partir de 2016, a CELOS adotou a taxa de administração em substituição à taxa de carregamento, passando a aplicar o percentual de 0,55% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, sendo esta taxa descontada diariamente, equivalendo ao desconto de 0,00217% sobre os recursos garantidores dos Planos Previdenciários. Em 2017 passou para 0,60%, em 2018 para 0,66% e manteve até 2021. Em 2022 passou para 0,70%.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a CELOS utiliza os seguintes critérios:

- O saldo do fundo administrativo de cada Plano é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário;
- A Entidade adota a métrica de proporção pelo montante do patrimônio financeiro dos Planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELOS, e estão em conformidade com a Resolução CGPC n.º 29, de 31 de agosto de 2009, que vigorou até 31 de dezembro de 2021, sendo revogada pela Resolução CNPC n.º 48, de 08 de dezembro de 2021, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

3.12 Imposto de Renda na Fonte

A Lei n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações.

3.13 PIS/COFINS

As contribuições para o PIS e para a COFINS são apuradas de acordo com a Instrução Normativa RFB n.º 1.911, de 11 de outubro de 2019, a qual revogou, dentre outras, as Instruções Normativas SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002, e n.º 1.285, de 13 de agosto de 2012, que foram utilizadas, até a data de sua revogação, para a apuração da base de cálculo e alíquota para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs. Essas contribuições foram contestadas pela CELOS e estão sendo depositadas em juízo.

3.14 Investimentos

Para o registro dos investimentos foram observados os critérios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme suas alçadas de competência. O conjunto dessas regras foi aplicado tanto para os investimentos em carteira própria da CELOS quanto também para aqueles em Fundos de Investimentos.

É importante observar que a disposição das contas sofreu alteração através da Instrução Normativa n.º 31, de 20 de agosto de 2020, de modo que a abertura das aplicações passou a ser feita de forma mais intuitiva. Com essa atualização, a aplicação das regras contábeis compreende os seguintes procedimentos e categorias:

- **Títulos Públicos:** Ativos emitidos por entidades públicas, notavelmente o Tesouro Nacional, podendo ser classificados em Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM), que são precificados pelo seu valor de mercado auferido no fechamento do exercício a partir de fontes independentes; ou então marcados como Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcação na Curva – HtM), que são precificados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos no período.
- **Ativos Financeiros de Crédito Privado:** Ativos emitidos por entidades privadas, notavelmente empresas, sendo classificados sempre como Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM) e precificados pelo seu valor de mercado auferido no fechamento do exercício a partir de fontes independentes.
- **Renda Variável:** Enquadram-se aqui as ações, bônus e recibos de depósitos, sempre com seu preço ajustado pelo valor de mercado na data do fechamento do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.
- **Fundos de Investimentos:** Enquadram-se na conta os fundos de qualquer classificação, sempre registrados com base no valor das cotas na data de fechamento do exercício. As cotas, por sua vez, consideram o valor de mercado ou o melhor valor estimado para os ativos que compõem as carteiras dos fundos.
- **Derivativos:** Nesta conta são registradas todas as opções, termos e Swaps, sempre pelo seu preço de mercado auferido de fontes independentes no fechamento do exercício. O investimento em

derivativos obedece às limitações impostas pela legislação pertinente quanto à exposição e garantias aceitáveis.

- **Investimentos no Exterior:** A conta engloba tanto ações quanto títulos emitidos por empresas ou tesouros de outros países; a forma de precificação desses ativos é realizada por preço de mercado.
- **Investimentos em Imóveis:** Nesta conta são registrados os imóveis prontos para uso, que são considerados por seu valor de mercado obtido através de laudo de avaliação de empresa independente.
- **Operações com Participantes:** Operações de empréstimos que são registrados pelo valor concedido acrescido de atualização monetária e juros pactuados. Os empréstimos inadimplentes seguem as regras de provisão estabelecidas, conforme mencionado no item 3.9.
- **Recursos a Receber – Precatórios:** Precatórios são formalizações de requisições de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual ou Municipal), em face de uma condenação judicial definitiva. No caso da CELOS, os únicos precatórios existentes dizem respeito ao acordo judicial realizado na ação envolvendo FNDs, que foi celebrando pela ABRAPP em nome de suas associadas junto à Advocacia Geral da União.

4 DISPONÍVEL

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados por numerário mantido em conta corrente para pagamento da folha de Assistidos e terceiros, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 4 – DISPONÍVEL

Caixa e Bancos	2022					2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Caixa	-	-	-	4	4	-	-	-	1	1
Banco do Brasil	22	357	3	45	427	28	210	3	23	264
Credelesc	30	5	-	6	41	-	14	-	2	16
Caixa Econômica	-	-	-	-	-	-	4	-	0	4
Bradesco	15	32	23	86	156	54	39	26	44	164
Total	67	394	26	141	628	83	268	29	70	449

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

5 REALIZÁVEL

5.1 Gestão Previdencial

Este grupo de contas é constituído de Recursos a Receber relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, Adiantamentos, Depósitos Judiciais/Recursais e Outros Realizáveis, conforme segue:

TABELA 5 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Realizável da Gestão Previdencial	2022				2021			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Total
	Recursos a Receber	274.969	363.812	-	638.781	319.764	398.950	-
Contribuições do Mês	2.836	14.872	-	17.708	2.552	4.325	-	6.877
Contribuições em Atraso	-	36	-	36	1	22	-	23
Contribuições Contratadas	272.133	348.814	-	620.947	317.211	394.603	-	711.814
Outros Recursos a Receber	-	91	-	91	-	-	-	-
Adiantamentos	98	-	-	98	102	2	-	103
Depósitos Judiciais/Recursais	3.379	1.198	-	4.578	6.563	3.181	-	9.743
Outros Realizáveis	11	43	1	55	13	24	-	37
Total	278.457	365.054	1	643.512	326.441	402.156	-	728.597

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

No grupo contábil Recursos a Receber são registradas as contribuições normais do mês de dezembro de 2022, recebidas no mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas, que se referem a serviço passado.

Já na rubrica Contribuições Contratadas estão registrados os seguintes contratos:

TABELA 6 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Contribuições Contratadas	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
	Serviço Passado Contratado	126.355	122.623	248.978	169.367	164.365
Déficit Técnico Contratado	145.778	226.192	371.970	147.844	230.239	378.082
Total	272.133	348.814	620.947	317.211	394.603	711.814

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

O contrato de Serviço Passado Contratado é decorrente do contrato firmado com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. em 30 de novembro de 2001, para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização mensal pela variação do indexador atuarial (IPCA a partir de outubro de 2010), tendo como objeto a amortização da dívida consolidada da antiga reserva matemática, por parte da Celesc, conforme assegurado no Regulamento vigente do Plano Transitório e do Plano Misto.

Em 27 de agosto de 2021 o CNPC publicou a Resolução CNPC n.º 42, de 06 de agosto de 2021, que revogou a Resolução CGPC n.º 17, de 11 de junho de 1996, e estabeleceu novas regras para o contrato de confissão de dívida firmado entre Patrocinadores e Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs. A referida Resolução definiu que as Entidades devem formalizar junto aos Patrocinadores, por meio de instrumento contratual, as obrigações pactuadas relativas a equacionamento de déficit, serviço passado, contribuições em atraso e outras obrigações. A CELOS contratou Parecer Jurídico ao escritório Junqueira de Carvalho acerca da necessidade de adequação dos contratos já firmados à nova Resolução. A conclusão do Parecer foi no sentido de que a Resolução CNPC n.º 42, de 06 de agosto de 2021, não tem efeitos retroativos, de forma que os contratos já firmados não carecem de ajustes.

Em 31 de dezembro de 2022, restavam 24 parcelas a pagar. Ressalta-se que durante o exercício de 2020, devido a situação financeira da Patrocinadora Celesc Distribuição S.A., em função do cenário de pandemia do COVID-19, foi solicitado pela Celesc a suspensão dos pagamentos das parcelas a amortizar de n.º 221 a 228, do Contrato de Reserva Matemática. Desta forma, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo do Contrato de Reserva que previu a suspensão dos pagamentos de maio a dezembro de 2020, conforme aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade, registrada na Ata COD 10/2020, de 28 de abril de 2020. Em janeiro de 2021 foi retomada a normalidade dos desembolsos das parcelas mensais.

TABELA 7 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – SERVIÇO PASSADO CONTRATADO

Serviço Passado Contratado	Em R\$ mil					
	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Saldo Anterior	199.369	193.481	392.850	191.226	185.578	376.805
Valores Recebidos	(92.402)	(89.673)	(182.075)	(48.337)	(46.910)	(95.247)
Indexador / Juros	19.387	18.815	38.202	26.478	25.696	52.175
Saldo Atual	126.355	122.622	248.977	169.367	164.365	333.732

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Vale destacar que este contrato possui como garantia a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em contas da Celesc junto aos bancos credenciados, oriundo da cobrança de faturas de energia elétrica.

Já o contrato de Déficit Técnico Contratado deve-se ao registro da dívida da Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. relativo ao déficit técnico com cláusula de reajuste atuarial registrados como Provisões Matemáticas a Constituir no Patrimônio Social até 2020, em que a partir de 2021 foram transferidos para o Ativo Realizável da Gestão Previdencial.

No grupo contábil Adiantamentos constam os valores referentes ao adiantamento de benefícios de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

O grupo contábil Depósitos Judiciais/Recursais representa o total depositado em juízo relativo às contingências passivas da Gestão Previdencial (ver **Nota Explicativa n.º 10.1**).

TABELA 8 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Depósitos Judiciais e Recursais	Em R\$ mil					
	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósitos Judiciais	3.379	1.191	4.571	6.545	3.142	9.686
Depósitos Recursais	-	7	7	18	39	57
Total	3.379	1.198	4.578	6.563	3.181	9.743

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Por fim, a variação no grupo Outros Realizáveis decorre de parcelamentos de acordos de empréstimos e de transferências de valores entre os Planos, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos, conforme segue:

TABELA 9 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – OUTROS REALIZÁVEIS

Outros Realizáveis	Em R\$ mil							
	2022				2021			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Total
Parcelamento	-	-	-	-	-	5	-	5
A receber dos Planos	11	43	1	54	13	19	-	32
Total	11	43	1	54	13	24	-	37

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Ressalta-se que a variação nos respectivos parcelamentos se deve ao provisionamento das parcelas em atraso.

5.2 Gestão Administrativa

A composição da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é:

TABELA 10 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Realizável da Gestão Administrativa	Em R\$ mil	
	2022	2021
Contas a Receber	143	279
Responsabilidade de Empregados	39	201
Responsabilidade de Terceiros	21	15
Outros Recursos a Receber	83	63
Depósitos Judiciais/Recursais	11.230	9.794
Tributos a Compensar	126	131
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.159	2.024
Outros Realizáveis	351	287
Total	14.009	12.516

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

No grupo contábil de Contas a Receber é registrada a rubrica Responsabilidade de Empregados, que se refere a adiantamentos de salário e viagens, bem como de 13º salário. Já na rubrica Responsabilidade de Terceiros está contabilizado o seguro predial do Edifício Alpha Centauri (sede da Entidade) e Beira-Mar Continental (sala de contingência), desativada no decorrer de 2020 em razão da contratação de empresa especializada para a realização do mesmo serviço; seguro do automóvel; além das garantias de *hardware*. Por fim, a rubrica Outros Recursos a Receber se refere aos valores a receber do Plano CELOS Saúde a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos.

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais/Recursais se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de junho de 2006 a setembro de 2007, Processo n.º 0006189-66.2006.404.7200/SC, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendente da homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo n.º 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita. Em maio de 2021 foi determinada a devolução dos autos ao tribunal de origem, para que o processo permaneça suspenso até a finalização do julgamento do RE 609.096 RG (Tema n. 372), em regime de repercussão geral, iniciado em dezembro de 2022. O julgamento foi interrompido em face do pedido de vista pelo ministro Dias Toffoli.

A CELOS também ingressou, em setembro de 2015, com ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito, por meio do Processo n.º 5019225-75.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC, contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas à Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à CELOS, tendo o Judiciário declarado não serem exigíveis as contribuições ao INSS, ao SAT/RAT, ao Salário Educação e ao INCRA incidentes sobre as verbas pagas pela CELOS, a seus empregados, a título de 1/3 de férias, de abono de férias previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho e de aviso prévio indenizado. A União foi condenada a devolver os valores pagos ao mesmo título, nos 5 (cinco) anos antecedentes à propositura da Petição Inicial, acrescidos de correção monetária.

A União então interpôs Recurso Extraordinário, cuja competência para julgamento é do Supremo Tribunal Federal – STF. Porém, antes da remessa dos autos para o STF, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 determinou que o processo ficasse “sobrestado” (leia-se: suspenso), até que fosse julgado pelo STF outro processo com discussão idêntica (Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações).

Em outubro de 2017 o andamento deste processo foi retomado, visto que o STF emitiu seu entendimento sobre o assunto: Tema STF n.º 20 - A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n.º 20/1998. (RE n.º 565.160/SC).

Em abril de 2018 o processo retornou a Turma do TRF que reafirmou seu posicionamento anterior, acerca da procedência do pedido da CELOS. A União então interpôs recursos especial e extraordinário. O TRF determinou que estes recursos fossem suspensos até que fosse julgado este assunto no STF (Tema 985 – há recurso com a mesma matéria pendente de julgamento do STF). Contra esta decisão a CELOS opôs embargos de declaração (trata-se de um pedido de esclarecimentos ao Juízo) que foram rejeitados. Em março de 2022 o Juiz Relator determinou a suspensão deste processo até que haja o julgamento de outro recurso (RE tema 985, que trata sobre a natureza jurídica do terço constitucional de férias para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal), visto que o resultado poderá impactar neste processo. O processo permanece suspenso.

Também estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

TABELA 11 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Depósitos Judiciais e Recursais	Em R\$ mil	
	2022	2021
Depósitos Judiciais	11.190	9.733
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.704	2.704
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	7.990	6.611
Depósitos de INSS	496	419
Depósitos Recursais	40	61
Depósitos de Processos Trabalhistas	40	61
Total	11.230	9.794

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Já a variação da rubrica Tributos a Compensar deve-se a valores tributários a serem recuperados em virtude de divergências de recolhimento, sendo estes compostos por tributos federais que serão analisados e restituídos no próximo exercício.

A rubrica Custeio Administrativo dos Investimentos refere-se aos recursos a receber dos Planos de Benefícios correspondente ao Custeio Administrativo dos Investimentos para a cobertura das despesas administrativas.

O saldo de Outros Realizáveis se refere ao almoxarifado, transferência de valores entre os Planos Previdenciários e PGA em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos e cotas de cooperativas, conforme segue:

TABELA 12 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – OUTROS REALIZÁVEIS

Outros Realizáveis	Em R\$ mil	
	2022	2021
Almoxarifado	11	9
A receber dos Planos	74	22
Cotas de Cooperativas	266	255
Total	351	287

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

6 INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores dos Planos são alocados de acordo com a Política de Investimentos de cada Plano, as quais são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo. A Política de Investimentos é o documento que determina estrategicamente as diretrizes da aplicação dos recursos, apresentando limites, características de risco e ativos elegíveis. Todos os Planos da CELOS possuem segregação real de ativos.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas de Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimentos, Investimentos em Imóveis, Operações com Participantes e Recursos a Receber - Precatórios, como consta a seguir:

TABELA 13 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

Em R\$ mil						
2022						
Realizável dos Investimentos	Plano	Plano	Plano	Plano de	PGA	Total
	Transitório	Misto	Família	Pecúlio		
Títulos Públicos	278.035	2.007.943	-	7.722	10.863	2.304.563
Ativos Financeiros de Crédito Privado	11.729	116.105	-	-	-	127.834
Renda Variável	19.536	116.245	-	419	489	136.689
Fundos de Investimentos	91.169	626.156	71	5.422	42.345	765.163
Investimentos em Imóveis	-	75.158	-	-	-	75.158
Operações com Participantes	7.225	67.866	-	-	-	75.091
Recursos a Receber - Precatórios	5.705	5.538	-	-	-	11.243
Total	413.400	3.015.010	71	13.563	53.697	3.495.741
2021						
Realizável dos Investimentos	Plano	Plano	Plano	Plano de	PGA	Total
	Transitório	Misto	Família	Pecúlio		
Títulos Públicos	206.066	1.669.238	-	7.693	10.216	1.893.213
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.112	86.040	-	-	-	87.152
Renda Variável	14.537	86.953	-	262	-	101.751
Fundos de Investimentos	144.049	865.877	-	4.872	30.845	1.045.643
Investimentos em Imóveis	-	101.842	-	-	-	101.842
Operações com Participantes	7.917	66.389	-	-	-	74.306
Recursos a Receber - Precatórios	-	-	-	-	-	-
Total	373.681	2.876.339	-	12.827	41.061	3.303.907

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

A rentabilidade do Plano Transitório e do Plano Misto em 2022 foi de 9,44% e 8,64%, respectivamente; a meta atuarial para o Plano Transitório e o Plano Misto, no período, ficou em 11,00% e 11,09%, respectivamente.

Já o Plano Família, Plano de Pecúlio e o Plano de Gestão Administrativa – PGA apresentaram em 2022 rentabilidades de 5,09%, 8,01% e 11,93%, respectivamente; no caso do Plano Família, o objetivo de rentabilidade era de 5,52%, enquanto que para o Plano Pecúlio e Plano de Gestão Administrativa – PGA o objetivo de rentabilidade era de 12,39%.

O detalhamento da rentabilidade, por tipo de investimento, pode ser observado abaixo:

TABELA 14 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE DOS PLANOS

Realizável dos Investimentos	Plano Transitório		Plano Misto		Plano Família		Plano de Pecúlio		PGA		Total de Recursos
	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	
Renda Fixa	315.103	11,16%	2.207.915	10,40%	71	5,55%	10.346	8,34%	47.998	11,95%	2.581.433
Renda Variável	35.201	-7,67%	283.877	-6,18%	-	0,00%	1.079	2,81%	488,84	0,01	320.646
Investimento Estruturado	41.023	12,87%	275.517	14,05%	-	0,00%	2.094	-38,48%	5.210	11,95%	323.843
Investimentos Imobiliários**	4.262	-8,83%	145.564	10,80%	-	0,00%	45	-14,69%	-	-	149.871
Investimento Exterior	4.881	-29,04%	28.733	-28,56%	-	-	-	-	-	-	33.613
Operações com Participantes	7.225	15,63%	67.866	16,07%	-	-	-	-	-	-	75.091
Recursos a Receber - Precatórios	5.705	1,02%	5.538	1,02%	-	-	-	-	-	-	11.243
Total* (a)	413.399	9,44%	3.015.010	8,64%	71	5,09%	13.563	8,01%	53.697	11,93%	3.495.741

(a) A diferença visualizada entre a rentabilidade dos segmentos e a do Plano decorre da dedução de despesas da carteira e da inclusão da rentabilidade da dívida com a Patrocinadora.

* Patrimônio conforme definido pela PREVIC – excluindo contratos de dívida com patrocinadoras.

** O investimento imobiliário engloba investimentos realizados em títulos de renda fixa lastreados em imóveis, conforme preconizado pela Resolução CMN nº 4.994/22.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

6.1 Títulos Públicos

Os Títulos Públicos constantes nas carteiras dos Planos compreendem Notas do Tesouro Nacional – NTN das Séries B e C, que garantem rentabilidade real desde que mantidas até o vencimento, pois seu rendimento é composto por duas variáveis: taxa prefixada de juros e a variação da inflação (IPCA no caso da Série B e IGPM no caso da Série C).

Os Títulos Públicos podem ser contabilizados a Mercado (MtM) ou pela Curva (HtM). O procedimento de marcação a mercado (MtM) compreende o registro pelos preços transacionados no mercado. Já no procedimento de marcação pela curva (HtM) o valor do título corresponderá ao custo de aquisição acrescido da atualização pelo indexador e juros vinculados ao papel calculados sobre o valor de face. Cada procedimento de registro gera diferentes rentabilidades e preço para um mesmo ativo, sendo que a marcação na curva (HtM) deve ser utilizada quando houver intenção e capacidade de manter o título até a data do seu vencimento.

TABELA 15 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos Públicos	2022					2021				
						Em R\$ mil				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	278.035	1.404.701	2.836	5.605	1.691.177	206.066	1.082.834	2.709	4.852	1.296.461
NTN-C	-	603.243	4.886	5.257	613.386	-	586.404	4.984	5.363	596.752
Total	278.035	2.007.943	7.722	10.863	2.304.563	206.066	1.669.238	7.693	10.216	1.893.213

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Observa-se que a Resolução CNPC n.º 43, de 6 de agosto de 2021, restringiu a marcação de títulos até o vencimento apenas: (1) aos Planos de Benefícios na modalidade de Benefício Definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja intenção em mantê-los na carteira até o vencimento; e (2) aos Planos de Benefícios de Contribuição Variável e de Contribuição Definida exclusivamente na fase de concessão de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais. Em ambos os casos, deve haver estudo de liquidez atestando a capacidade financeira do Plano.

No quadro a seguir é demonstrada a composição da carteira de investimentos em Títulos Públicos, segundo os prazos de vencimento:

TABELA 16 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – TÍTULOS PÚBLICOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO E PARA NEGOCIAÇÃO

Prazos	2022				
	Em R\$ mil				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Até 1 ano	18.102	124.759	-	-	142.861
De 1 a 5 anos	40.116	258.407	1.288	806	300.617
De 5 a 10 anos	129.088	859.597	5.057	5.737	999.479
De 10 a 20 anos	47.237	175.342	588	2.123	225.290
De 20 a 30 anos	41.418	434.142	789	2.197	478.545
Acima de 30 anos	2.074	155.697	-	-	157.771
Total	278.035	2.007.943	7.722	10.863	2.304.563

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Todos os Títulos Públicos da CELOS se encontram em Carteira Própria, com gestão interna, sendo a custódia realizada pelo Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de Títulos Públicos da Fundação tinha a seguinte taxa e forma de marcação por papel:

TABELA 17 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS

Em R\$ mil									
2022									
Títulos Públicos	Vencimento	Marcado	Taxa Mercado	Taxa Curva	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	6,27%	-	40.222	-	-	40.222
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	6,23%	18.102	32.182	-	-	50.285
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	5,90%	-	52.355	-	-	52.355
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,75%	1.269	6.629	48	133	8.080
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,10%	-	99.830	-	-	99.830
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,14%	-	46.460	-	-	46.460
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,36%	4.144	20.578	-	-	24.722
NTN-B	15/08/2024	Mercado	6,54%	6,18%	758	-	1.240	673	2.670
NTN-B	15/08/2026	Curva	0,00%	6,10%	-	25.235	-	-	25.235
NTN-B	15/08/2026	Mercado	6,20%	4,10%	6.757	20.555	-	-	27.312
NTN-B	15/05/2027	Mercado	6,15%	5,63%	8.810	-	-	-	8.810
NTN-B	15/08/2028	Mercado	6,18%	4,19%	5.268	32.822	-	-	38.090
NTN-B	15/08/2028	Curva	0,00%	4,42%	3.050	6.297	-	-	9.348
NTN-B	15/08/2028	Curva	0,00%	6,16%	7.017	-	-	-	7.017
NTN-B	15/08/2028	Curva	0,00%	6,15%	3.043	-	-	-	3.043
NTN-B	15/08/2030	Mercado	6,06%	6,22%	3.992	12.376	-	-	16.368
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,84%	4.594	23.981	-	479	29.054
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,29%	-	70.356	-	-	70.356
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,53%	-	39.656	-	-	39.656
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,98%	-	30.929	-	-	30.929
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	7,06%	-	25.787	-	-	25.787
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	7,29%	-	30.021	-	-	30.021
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	4,49%	3.281	14.351	-	-	17.631
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	5,55%	-	2.014	-	-	2.014
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,16%	-	6.886	-	-	6.886
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	5,90%	114.173	-	-	-	114.173
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,10%	3.048	-	-	-	3.048
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,60%	-	-	171	-	171
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,87%	5.310	27.714	-	552	33.576
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,60%	5.216	27.225	199	545	33.185
NTN-B	15/05/2035	Mercado	6,10%	4,42%	24.658	25.842	-	480	50.980
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	4,55%	-	13.455	-	-	13.455
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	4,52%	3.751	21.272	-	-	25.023
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,20%	-	10.026	-	-	10.026
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,26%	3.037	-	-	-	3.037
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,60%	-	-	-	-	-
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,94%	-	-	96	-	96
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,95%	-	-	96	-	96
NTN-B	15/08/2040	Curva	0,00%	6,94%	5.264	27.473	-	547	33.284
NTN-B	15/08/2040	Mercado	6,16%	6,22%	-	9.529	-	-	9.529
NTN-B	15/08/2040	Curva	0,00%	6,21%	-	12.803	-	-	12.803
NTN-B	15/08/2040	Curva	0,00%	6,95%	-	-	197	-	197
NTN-B	15/05/2045	Mercado	6,19%	6,22%	-	36.632	-	-	36.632
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,95%	8.234	42.986	-	856	52.076
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,35%	-	8.725	-	-	8.725
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,79%	-	13.937	-	-	13.937
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,17%	-	11.342	-	-	11.342
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,74%	3.871	-	-	-	3.871
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,96%	1.884	-	-	-	1.884
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,37%	1.544	-	-	-	1.544
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,10%	-	-	130	-	130
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,05%	-	-	181	-	181
NTN-B	15/08/2050	Mercado	6,21%	6,22%	-	58.611	-	-	58.611
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	7,24%	-	14.291	-	-	14.291
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,05%	5.113	26.678	-	532	32.324
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,10%	7.752	40.459	-	808	49.019
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,57%	2.595	25.954	-	-	28.550
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,66%	1.297	16.905	-	-	18.201
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,81%	-	20.976	-	-	20.976
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,80%	-	13.016	-	-	13.016
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,90%	-	12.848	-	-	12.848
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	4,80%	9.128	14.892	-	-	24.020
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,37%	-	7.331	-	-	7.331
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,60%	-	10.906	-	-	10.906
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,79%	-	12.621	-	-	12.621
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,92%	-	13.308	-	-	13.308
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,16%	-	11.626	-	-	11.626
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,38%	-	20.098	-	-	20.098
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,36%	-	-	287	-	287
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,90%	-	-	191	-	191
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	4,53%	2.074	3.727	-	-	5.801
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,39%	-	11.432	-	-	11.432
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,59%	-	35.909	-	-	35.909
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,78%	-	40.785	-	-	40.785
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,77%	-	19.991	-	-	19.991
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,81%	-	20.718	-	-	20.718
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,89%	-	23.136	-	-	23.136
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	434.347	-	-	434.347
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	5,84%	-	132.058	-	-	132.058
NTN-C	01/01/2031	Mercado	5,83%	5,89%	-	36.838	4.886	5.257	46.981
Total					278.035	2.007.943	7.722	10.863	2.304.563
					NTN-B Curva	81,93%	86,02%	56,28%	79,44%
					NTN-B Mercado	18,07%	13,98%	43,72%	20,56%
					NTN-C Curva	-	93,89%	-	-
					NTN-C Mercado	-	6,11%	100,00%	-

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

6.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

A carteira de Créditos Privados da CELOS é composta por Cédulas de Crédito Bancário – CCB, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, Letras Financeiras e Debêntures. Esses ativos são emitidos por empresas e bancos e possuem risco de crédito, sendo que sua remuneração compreende uma taxa pré-fixada ou correção monetária mais juros remuneratórios, dependendo da cédula/certificado.

TABELA 18 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Ativos Financeiros de Crédito Privado	2022					2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
	Em R\$ mil									
Crédito Bancário	12.599	138.439	39	82	151.159	1.709	104.726	39	82	106.555
CRI	-	43.395	-	-	43.395	-	48.087	-	-	48.087
Debêntures	839	3.010	-	-	3.849	1.112	3.991	-	-	5.103
(-) PCLD	(1.709)	(68.739)	(39)	(82)	(70.569)	(1.709)	(70.764)	(39)	(82)	(72.593)
Total	11.729	116.105	-	-	127.835	1.112	86.040	-	-	87.152

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

As principais mudanças nessa carteira foram as seguintes:

- **Letra Financeira emitida pelo Banco Safra:** R\$10 milhões adquiridos em 04 de março de 2022 e vencimento em 06 de março de 2025, com pagamento bullet e taxa de aquisição de IPCA + 6,85%.
- **Letra Financeira emitida pelo Banco Safra:** R\$10 milhões adquiridos em 10 de maio de 2022 e vencimento em 10 de maio de 2027, com pagamento bullet e taxa de aquisição de IPCA + 6,68%.
- **Letra Financeira emitida pelo Banco BTG:** R\$28,5 milhões adquiridos em 14 de junho de 2022 e vencimento em 14 de junho 2027, com pagamento bullet e taxa de aquisição de IPCA + 6,65%.

Abaixo segue detalhamento dos Créditos Privados existentes na carteira dos Planos, incluindo os títulos privados com provisão. A CCB Samcil está em processo de execução judicial.

TABELA 19 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Ativos Financeiros de Crédito Privado	2022				2021			
	Saldo	A Receber	(-) PCLD	Total	Saldo	A Receber	(-) PCLD	Total
	Em R\$ mil							
CCB Samcil	10.776	-	(10.776)	-	10.776	-	(10.776)	-
CCB Rio Amazonas	42.555	17.239	(59.793)	-	48.064	13.754	(61.818)	-
Debêntures Vale	3.849	-	-	3.849	5.103	-	-	5.103
CCB New Energy	30.219	-	-	30.219	33.962	-	-	33.962
CRI Infrasec Peugeot 1	24.096	-	-	24.096	25.450	-	-	25.450
CRI Infrasec Peugeot 2	19.300	-	-	19.300	22.637	-	-	22.637
LF Safra 1	10.912	-	-	10.912	-	-	-	-
LF Safra 2	10.391	-	-	10.391	-	-	-	-
LF BTG	29.068	-	-	29.068	-	-	-	-
Total	181.165	17.239	(70.569)	127.834	145.993	13.754	(72.594)	87.152

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Os provisionamentos apresentados seguem os critérios estabelecidos na regulamentação aplicável, de forma que em sua constituição são observados os prazos dos valores vencidos e o risco da parcela vincenda para determinar o percentual aplicado.

6.3 Renda Variável

Atualmente, apesar de haver previsão regulamentar, a CELOS não detém carteira própria de ações, com exceção às ações da sua patrocinadora Celesc, optando por realizar investimentos nesse segmento por meio de gestores externos. Desta forma, os papéis mantidos nessa conta se referem às posições na companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc e, por questão de enquadramento legal, às aplicações de investimento no exterior via BDR de ETF. Os valores a receber se referem a eventuais juros sobre capital próprio e dividendos pagos pelas ações da Celesc. Todos os ativos nessa conta são registradas pelo valor de mercado.

A CELOS faz parte do grupo de controle da companhia juntamente com o Estado de Santa Catarina, por meio do Acordo de Acionistas vigente. Segundo esse acordo e conforme Estatuto Social da Fundação, a CELOS tem direito a indicar um membro para compor o Conselho de Administração da Celesc.

No que tange ao BDR de ETF BACW 39, refere-se a um *Brazilian Depositary Receipt* que replica o ETF MSCI ACWI, negociado na Nasdaq. De modo sintético, o ACWI (e consequentemente o BACW) buscam obter ganhos através do investimento em uma cesta diversificada de ações de empresas de média e grande capitalização distribuídas por mercados desenvolvidos e emergentes. O ativo possui exposição cambial em dólar.

TABELA 20 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – RENDA VARIÁVEL

Renda Variável	2022					2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
	Ações - Celesc ON	9.841	58.868	177	-	68.887	11.605	69.419	209	-
Ações - Celesc PN	1.847	11.045	33	-	12.925	2.242	13.410	40	-	15.692
A Receber	661	3.953	12	-	4.626	690	4.125	12	-	4.827
BDR BACW39	7.187	42.378	196	489	50.251	-	-	-	-	-
Total	19.536	116.245	419	489	136.689	14.537	86.953	262	-	101.751

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

6.4 Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, a CELOS aplicava em Fundos de Investimentos, que são condomínios destinados a reunir recursos de um conjunto de investidores (cotistas) com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira formada por vários tipos de investimentos.

TABELA 21 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – CARTEIRA DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Carteira de Fundos de Investimentos	2022						2021					
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	PGA	Total
	Em R\$ mil											
Fundo de Investimento em Renda Fixa	25.339	127.263	71	2.623	37.136	192.432	17.196	51.028	-	740	16.107	85.071
(c) Institucional CP FIRF	88	773	-	11	1	873	79	697	-	10	1	786
(b) Santander Institucional DI	11.823	62.413	71	2.612	37.135	114.054	9.303	21.476	-	730	16.106	47.615
(b) Bradesco Premium DI	13.428	64.076	-	-	-	77.505	7.814	28.855	-	-	-	36.669
Fundo de Investimento em Ações	15.665	167.632	-	660	-	183.957	34.398	245.554	-	610	-	280.562
(a) Claritas Valor FIA	6.370	38.617	-	660	-	45.647	7.299	61.390	-	610	-	69.299
(b) Sinergia V FIA	-	-	-	-	-	-	3.317	20.488	-	-	-	23.805
(b) AZ Quest Mid FIC FIA	3.060	19.773	-	-	-	22.834	3.597	20.568	-	-	-	24.164
(b) AZ Quest Small	-	-	-	-	-	-	1.620	9.771	-	-	-	11.391
(b) Leblon Ações II FIC	-	20.711	-	-	-	20.711	3.983	25.051	-	-	-	29.034
(b) Moat Capital FIC FIA	1.528	18.877	-	-	-	20.405	4.747	30.120	-	-	-	34.867
(b) Truxt I Valor Instt FIA	3.833	22.646	-	-	-	26.479	3.723	29.365	-	-	-	33.088
(b) IT Now IBOV	873	47.008	-	-	-	47.881	6.111	48.801	-	-	-	54.913
Fundo de Investimento Multimercado	40.131	269.905	-	2.076	5.210	317.322	43.701	267.054	-	2.726	14.738	328.220
(b) Ibiuna FIC FIM	-	30.629	-	-	-	30.629	-	25.636	-	-	-	25.636
(b) Bradesco FIC FIM Macro	-	-	-	-	-	-	5.036	6.547	-	1.383	6.477	19.443
(b) Kapitalo K10 FICFIM	3.783	31.521	-	-	-	35.304	3.113	25.939	-	-	-	29.051
(b) Claritas Institucional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.343	6.532	7.875
(b) Claritas Long Short	3.634	28.747	-	1.049	1.656	35.086	3.198	25.299	-	-	-	28.497
(b) Kinea Chronos FIM	3.169	24.472	-	-	-	27.641	2.788	21.528	-	-	-	24.316
(b) Occam Institucional FIC FIM II	-	-	-	-	-	-	3.042	17.825	-	-	-	20.866
(b) Absolute Alpha FIM	3.567	20.656	-	1.027	1.622	26.872	3.213	25.649	-	-	-	28.862
(b) Oceana Long Biase FIC FIM	-	-	-	-	-	-	3.834	15.610	-	-	-	19.443
(b) Occam Retorno Absoluto FIC	6.326	28.420	-	-	1.932	36.678	2.934	16.757	-	-	-	19.692
(b) Occam Long Biase FICFIM	-	-	-	-	-	-	3.775	15.100	-	-	-	18.875
(b) Occam Retorno Absoluto FIC	-	-	-	-	-	-	2.725	8.674	-	-	1.730	13.129
(b) Navi LB FIC FIM	4.630	19.716	-	-	-	24.346	3.913	16.663	-	-	-	20.576
(b) Itau Hedge Plus FIM	3.490	23.269	-	-	-	26.759	3.160	21.068	-	-	-	24.228
(b) Gavea Macro P II FICFIM	3.649	30.407	-	-	-	34.056	2.971	24.759	-	-	-	27.730
(b) Asa Hedge FIC FIM	3.664	14.861	-	-	-	18.525	-	-	-	-	-	-
(b) XP Macro Plus FIC FIM	4.218	17.207	-	-	-	21.425	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento no Exterior	4.881	28.733	-	-	-	33.613	7.245	40.761	-	-	-	48.005
(b) Ishares SP 500 FIC FI	-	-	-	-	-	-	3.466	21.095	-	-	-	24.561
(b) Western FIA BDR1 FIEX	-	-	-	-	-	-	3.779	19.665	-	-	-	23.444
(b) JP Morgan Global Equity IE	3.424	19.021	-	-	-	22.444	-	-	-	-	-	-
(b) Morgan Stanley Global Brand	1.457	9.712	-	-	-	11.169	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	892	5.612	-	18	-	6.521	36.431	229.286	-	739	-	266.456
(c) Investidores Institucionais	18	111	-	-	-	129	24	150	-	-	-	174
(c) Energia PCH	874	5.501	-	18	-	6.393	36.407	229.135	-	739	-	266.282
Fundo de Investimento Imobiliário	4.262	27.011	-	45	-	31.318	5.079	32.194	-	56	-	37.329
(b) Fundo Hedge Top FOF II3	1.192	7.765	-	-	-	8.957	1.403	9.137	-	-	-	10.540
(b) FII BC FFII CI	880	5.460	-	-	-	6.339	939	5.826	-	-	-	6.765
(c) FI Imobiliário JHSF	2.190	13.786	-	45	-	16.021	2.737	17.231	-	56	-	20.025
Total	91.169	626.156	71	5.422	42.345	765.163	144.049	865.877	-	4.872	30.845	1.045.643

(a) Fundo aberto/Exclusivo
 (b) Fundo aberto/Não exclusivo
 (c) Fundo fechado/Não exclusivo

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

As principais categorias dos Fundos de Investimentos são:

- **Fundo de Investimento em Renda Fixa:** São os fundos que aplicam no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados à variação da taxa de juros, índice de preços ou ambos como, por exemplo, títulos públicos, créditos e futuros;
- **Fundo de Investimento em Ações:** Têm no mínimo 67% do patrimônio aplicado em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de ações, cota de fundos de ações e de índices e *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs níveis II e III;
- **Fundo de Investimento Multimercado:** Pode aplicar em vários tipos de ativos diferentes, sem predominância ou compromisso de alocação mínima. O regulamento geralmente é mais específico sobre a destinação de recursos, portanto, varia de caso a caso;
- **Fundo de Investimento no Exterior:** Fundos que representam uma carteira de ativos internacionais e que por regra deve apresentar, no mínimo, 40% da carteira composta por ativos de outros países;
- **Fundo de Investimento em Participações:** Fundos que investem em empresas, listadas ou não em bolsa, e buscam participar ativamente da gestão da companhia. Importante destacar que a precificação desses fundos é de responsabilidade do administrador de cada um, amparado por laudos de avaliação produzidos por empresas independentes; e

- **Fundo de Investimento Imobiliário:** Aplica os recursos em negócios com base imobiliária, como desenvolvimento de empreendimentos ou imóveis já prontos.

Os Fundos de Investimentos são selecionados de acordo com os critérios e alçadas de decisão estabelecidos na Política de Investimentos, conforme sua classificação e grau de risco. Ao longo de 2022 os investimentos realizados priorizaram fundos abertos e líquidos, sendo que não foram realizadas alocações novas em Fundos de Participações e Imobiliários. Referente as movimentações na carteira, podemos destacar a realocação de recursos dos Fundos de Investimentos em Ações para Fundos de Renda Fixa e Títulos Públicos Federais, em função do aumento nas taxas de juros.

Em relação aos Fundos de Participação, destaca-se que foi recebido o valor integral pela venda de todos os ativos operacionais que se encontravam dentro da carteira do FIP Energia PCH, sendo que a perspectiva deste investimento é de encerramento ao longo de 2023 e distribuição dos valores remanescentes entre os cotistas.

Por fim, nos Fundos de Investimento no Exterior, foi realizada uma reorganização visando diversificar melhor a exposição, com os novos fundos selecionados em 2022 tendo estratégia ampla e não discriminando entre segmentos ou países desenvolvidos, enquanto que os fundos anteriormente investidos possuíam foco em mercados acionários americanos e segmentos específicos.

6.5 Investimentos em Imóveis

A Carteira de Imóveis da CELOS, registrada no Plano Misto, no ano de 2022, foi composta da seguinte forma:

TABELA 22 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Investimentos em Imóveis	Em R\$ mil	
	2022	2021
Ed. Célia Couto Dax	-	26.446
Ed. Com. Hantel Office Building	23.374	23.374
Ed. Premier Office Center	11.914	12.152
Ed. Ilha do Atlântico	39.870	39.870
Total	75.158	101.842

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Os investimentos imobiliários devem ser contabilizados entre as categorias de imóveis em construção e de aluguéis e renda. No caso da CELOS, todos os imóveis já estão concluídos e são registrados como aluguéis e renda.

Em 2022 foram realizadas reavaliações de ativos imobiliários por meio das empresas AMR Engenharia, inscrita no CNPJ 14.219.933/0001-89, tendo como avaliador técnico responsável o Sr. José Guilherme Aranha Moura – CREA/SC 045.029-6, ART 7.231.621-0.

TABELA 23 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Imóvel Reavaliado	Contas Contábeis	Data de Reavaliação	Data de Registro Contábil	Avaliador	Vida Útil (ano)	Em R\$ mil		
						2022		
						Valor Contábil antes da Reavaliação	Resultado da Reavaliação	Valor da Reavaliação
Edifício Célia Couto Daux - Av. Beira Mar - Florianópolis/SC	1020307040301	nov/21	dez/21	AMR Engenharia	57	26.456	(26.456)	-
Edifício Comercial Hantel Office Building - Salas 501 a 509, 601 a 609, 801 a 809, 901 a 909 e 36 vagas de garagens - Rua Emílio Blum - Florianópolis/SC	1020307040302	dez/22	dez/22	AMR Engenharia	52	23.374	-	23.374
Edifício Premier Office Center - Salas 101 a 109, 201 a 209 e 18 vagas de garagens - Esquina da Rua Padre Roma com a Av. Rio Branco - Florianópolis/SC	1020307040303	dez/22	dez/22	AMR Engenharia	55	12.152	(238)	11.914
Edifício Ilha do Atlântico - 60 salas e 120 vagas de garagens - Rua Nereu Ramos - Florianópolis/SC	1020307040304	dez/22	dez/22	AMR Engenharia	58	39.870	-	39.870
Total						101.852	(26.694)	75.158

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

No caso do Edifício Célia Couto Daux, foi realizada a baixa contábil integral do valor, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 14.

Segundo descritivo existente no Laudo de Avaliação, a avaliação foi elaborada segundo as Normas do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE e da NBR 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, sendo que o preço do metro quadrado do imóvel foi obtido após levantamento de dados efetuados em várias imobiliárias locais, comparando-se este imóvel com outros semelhantes que estão para venda nas proximidades com tratamento destes resultados por fatores objetivando uma homogeneização (fonte, transposição, área, vaga, padrão, idade/estado). Referente ao grau de fundamentação, conforme NBR 14.653, foi obtido Grau III de precisão e Grau III de fundamentação. A escolha do preço do ativo foi realizada pela Diretoria Executiva, conforme Ata DEX 054/2022, de 20 de dezembro de 2022, tendo os laudos como base.

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PCLD, referente à carteira de investimentos imobiliários, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

TABELA 24 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS - PCLD

Prazo	%	Em R\$ mil	
		2022	2021
> 360	100%	-	(36.623)
241-360	75%	-	-
181-240	50%	-	-
121-180	25%	-	-
91-120	10%	-	-
61-90	5%	-	-
31-60	1%	-	-
Total		-	(36.623)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Os provisionamentos constantes em 2021 referem-se aos valores de aluguéis em aberto de salas do Edifício Célia Couto Daux até 2021. Em função da perda da posse desse imóvel e da sua consequente baixa contábil, os valores de aluguéis em PCLD também foram zerados no ano de 2022. O contexto completo dessa situação é descrito na Nota Explicativa n.º 14.

6.6 Operações com Participantes

A CELOS oferece empréstimos a seus Participantes, sendo considerado também como um ativo na carteira de investimentos. A composição da carteira de empréstimos aos Participantes, em 31 de dezembro em 2022, bem como valores de provisão por Plano, são os seguintes:

TABELA 25 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Operações com Participantes	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
	Em R\$ mil					
Empréstimos Pessoal	7.231	67.257	74.488	7.937	67.114	75.050
A receber	68	2.979	3.046	60	1.860	1.919
(-) PCLD	(73)	(2.370)	(2.443)	(80)	(2.584)	(2.664)
Total	7.225	67.866	75.091	7.917	66.389	74.306

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Na constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD referentes à carteira de empréstimos são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

TABELA 26 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - PCLD

Prazo	%	2022			2021		
		Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Em R\$ mil							
> 360	100%	(63)	(2.150)	(2.213)	(68)	(2.228)	(2.296)
241-360	75%	-	(78)	(78)	(5)	(137)	(142)
181-240	50%	-	(57)	(57)	(2)	(73)	(75)
121-180	25%	(10)	(49)	(59)	(4)	(112)	(116)
91-120	10%	-	(18)	(18)	-	(14)	(14)
61-90	5%	-	(13)	(13)	-	(12)	(12)
31-60	1%	-	(6)	(6)	(1)	(9)	(10)
Total		(73)	(2.370)	(2.443)	(80)	(2.584)	(2.664)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

6.7 Recursos a Receber – Precatórios

Mediante acordo entre a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP e a Advocacia Geral da União – AGU, para o encerramento da ação coletiva contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, em abril de 2022, a CELOS obteve a emissão do precatório com expectativa de vencimento em médio prazo e através de Ofício Circular n.º 19/2022/PREVIC, de 17 de outubro de 2022, foi autorizada a efetivação dos registros contábeis dos títulos emitidos em favor da Entidade, cujo valor de face do título trazido a valor presente representou no Plano Transitório e o Plano Misto em 2022 o valor de R\$5.705 e R\$5.538, respectivamente.

7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado e Intangível estão registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

7.1 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado referente ao Operacional Corpóreo – Bens Móveis é composto da seguinte forma:

TABELA 27 – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS

Bens Móveis	Taxa anual de depreciação (%)	2022			Em R\$ mil	
		Custo	Depreciação	Líquido	2021	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	439	(397)	41	51	
Máquinas e Equipamentos	10%	1.734	(1.288)	446	439	
Veículos	20%	91	(91)	-	-	
Total		2.264	(1.776)	487	489	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Já o Operacional Corpóreo – Bens Imóveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta a seguinte composição:

TABELA 28 – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS

Bens Imóveis	Taxa anual de depreciação (%)	Data de Aquisição	2022			Em R\$ mil	
			Custo + Reavaliação	Depreciação	Líquido	2021	Líquido
Edifício Alpha Centauri - Salas do 6º e 7º andar - Av. Hercílio Luz - Florianópolis/SC	2%	01.04.1976	7.112	-	7.112	7.112	
Edifício Beira Mar Continental - Sala 104 - Rua Fulvio Aducci, 145 - Florianópolis/SC	2%	07.03.2012	313	-	313	290	
Total			7.425	-	7.425	7.402	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

7.2 Intangível

O Intangível se refere aos gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento.

8 GESTÃO ASSISTENCIAL

Consta o ativo total dos Planos de Assistência à Saúde com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Atualmente a CELOS possui os seguintes Planos Assistenciais:

- **Plano CELOS Saúde:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e Odontológico
- **Plano CELOS Saúde Agregados:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- **Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico:** Segmentação Odontológica

Vale destacar que os Planos Assistenciais devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à Gestão Assistencial, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

Os atos e fatos administrativos da Gestão Assistencial são registrados em conformidade com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa ANS n.º 528, de 29 de abril de 2022 e alterações posteriores. O patrimônio e mutações patrimoniais dos Planos Assistenciais apresentados no Balanço

Patrimonial e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social estão apresentados nas Demonstra es Financeiras Assistenciais.

9 EXIGÍVEL OPERACIONAL

9.1 Gestão Previdencial

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são demonstrados a seguir:

TABELA 29 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Exigível Operacional da Gestão Previdencial	Em R\$ mil					
	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios a Pagar	401	7.359	7.760	492	6.059	6.552
Renda Continuada	237	1.258	1.495	197	1.013	1.210
Pagamento �nico	164	6.101	6.265	296	5.046	5.342
Reten�es a Recolher	433	2.020	2.453	25	1.740	1.765
Outras Exigibilidades	32	1.367	1.399	33	1.451	1.484
Total	866	10.746	11.612	550	9.250	9.800

Fonte: Demonstra es Financeiras - CELOS 2022

No grupo contábil Benefícios a Pagar estão registrados os valores relativos aos benefícios de renda continuada (aposentadoria e pensão) do mês de dezembro de 2022, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2023, bem como os pagamentos de saques e resgates. Ressalta-se que nesta conta também estão registrados outros benefícios a pagar aos Participantes que não foram liquidados em 2022. O mesmo se aplica às Reten es a Recolher da folha de benefícios, saques e resgates de dezembro de 2022, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo Outras Exigibilidades, incluído no Exigível Operacional da Gestão Previdencial, estão registradas:

TABELA 30 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – OUTRAS EXIGIBILIDADES

Outras Exigibilidades	Em R\$ mil					
	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósito Judicial a destinar	32	1.292	1.324	32	1.327	1.360
CELOS Saúde	-	-	-	1	17	18
A pagar dos Planos	-	75	75	-	22	22
Outras	-	-	-	-	84	84
Total	32	1.367	1.399	33	1.451	1.484

Fonte: Demonstra es Financeiras - CELOS 2022

Os valores de Depósito Judicial a destinar se referem aos depósitos judiciais creditados em conta corrente da CELOS que serão destinados ao Plano de Benefício após identifica o da origem do recurso.

9.2 Gestão Administrativa

O Exigível Operacional da Gestão Administrativa apresenta as Contas a Pagar relacionados à Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais. Este grupo também apresenta a movimentação das Retenções e Tributos a Recolher e, por fim, Outras Exigibilidades, cuja composição em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

TABELA 31 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exigível Operacional da Gestão Administrativa	Em R\$ mil	
	2022	2021
Contas a Pagar	1.758	1.838
Pessoal e Encargos	1.484	1.598
Treinamentos	-	1
Serviços de Terceiros	240	217
Despesas Gerais	34	23
Retenções a Recolher	175	202
Tributos a Recolher	119	108
Outras Exigibilidades	94	53
Total	2.146	2.202

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Ressalta-se que foram gastos com Serviços de Terceiros em 2022 e 2021, conforme demonstrado na Demonstração do Programa de Gestão Administrativa – DPGA, os seguintes valores:

TABELA 32 – GASTOS COM SERVIÇO DE TERCEIROS

Serviços de Terceiros	Em R\$ mil	
	2022	2021
Consultoria Atuarial	240	169
Consultoria Jurídica	443	657
Recursos Humanos	62	12
Informática	1.355	1.047
Gestão/Plan. Estratégico	60	43
Auditoria Contábil	67	88
Consultoria dos Investimentos	296	346
Outras	381	437
Total	2.904	2.798

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Já o grupo Outras Exigibilidades, incluído no Exigível Operacional da Gestão Administrativa, estão registradas:

TABELA 33 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – OUTRAS EXIGIBILIDADES

Outras Exigibilidades	Em R\$ mil	
	2022	2021
CELOS Saúde	17	7
A pagar dos Planos	54	32
Valor a devolver	1	1
A identificar	21	14
Total	94	53

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Ressalta-se que na rubrica CELOS Saúde registram-se os repasses de valores recebidos na instância previdenciária que, no entanto, são devidos à instância assistencial. De maneira geral, se referem aos descontos assistenciais realizados diretamente na folha (Participantes Ativos e Assistidos), devendo, portanto, ser realizado o repasse financeiro entre as instâncias. Já a rubrica A pagar dos Planos refere-se ao repasse de valores a pagar entre os Planos Previdenciários a título de reembolsos. A rubrica A identificar deve-se aos valores depositados nas contas bancárias da CELOS, mas que não foram identificadas sua origem.

9.3 Investimentos

O Exigível Operacional dos Investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela CELOS, restrita às situações com diferença entre o mês de competência e o mês do pagamento da despesa, conforme apresentado no quadro a seguir:

TABELA 34 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Exigível Operacional dos Investimentos	2022					2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
	Investimentos com Imóveis	-	24	-	-	24	-	3.726	-	-
Aluguéis e Renda	-	24	-	-	24	-	3.726	-	-	3.726
Operações com Participantes	3	24	-	-	27	2	26	-	-	28
Taxa de Administração a Repassar	255	1.896	8	-	2.159	233	1.784	8	-	2.024
Outras Exigibilidades	10	78	1	1	91	9	76	-	1	86
Total	267	2.023	9	1	2.300	244	5.611	8	1	5.864

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

A rubrica Aluguéis e Renda deve-se a despesas de administração da carteira de imóveis de investimento. Já Taxa de Administração a Repassar refere-se a taxa de administração dos Investimentos e das Operações com Participantes a repassar para o PGA.

O saldo de Outras Exigibilidades refere-se às despesas com taxa BOVESPA, CETIP, de Custódia e SELIC, bem como com assessoria jurídica.

10 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

10.1 Gestão Previdencial

A CELOS classifica os riscos de perda em cada um dos pedidos contidos nos processos judiciais em que a Entidade é parte por faixa de risco. Ao final de 2022, os pedidos estavam classificados da seguinte forma:

TABELA 35 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – QUANTIDADE DE PEDIDOS POR FAIXA DE RISCO

Faixa de Risco	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Provável	14	28	42	14	31	45
Possível	10	49	59	9	48	57
Remoto	33	106	139	42	128	170
Total	57	183	240	65	207	272

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

As Provisões para Contingências Passivas se referem aos processos de natureza cível, relacionados aos Planos de Benefícios nos quais a CELOS é parte no polo passivo e foram classificadas pela Assessoria Jurídica como risco de perda provável:

TABELA 36 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – RISCO PROVÁVEL

Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	2022			2021		
	Plano	Plano	Total	Plano	Plano	Total
	Transitório	Misto		Transitório	Misto	
Prováveis	9.225	15.711	24.936	7.799	15.261	23.059
Depósitos Judiciais	3.379	1.191	4.570	6.545	3.142	9.686
Depósitos Recursais	-	7	7	18	39	57
Total	12.604	16.909	29.513	14.361	18.442	32.803

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Em relação ao ano anterior, nos pedidos prováveis ocorreu um aumento de R\$1.876. Esta variação refere-se à entrada de 02 pedidos, no montante de R\$2.805 e correções monetárias e juros acumulados no montante de R\$3.887. Entretanto, ocorreu a saída de 04 pedidos que correspondem ao montante de R\$4.052 e revisões nos cálculos, com impacto de R\$764.

Os pedidos classificados como prováveis se referem principalmente à revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

TABELA 37 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – QUANTIDADE DE OBJETOS DAS AÇÕES – RISCO PROVÁVEL

Objeto das Ações	2022			2021		
	Plano	Plano	Total	Plano	Plano	Total
	Transitório	Misto		Transitório	Misto	
Revisão de Benefício (a)	8	4	12	9	5	14
Expurgos Inflacionários (b)	-	3	3	-	4	4
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	8	8	-	9	9
Pensão por Morte (d)	5	12	17	5	13	18
IRSM de Fev/1994 (e)	1	1	2	-	-	-
Total	14	28	42	14	31	45

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como prováveis resultam nos seguintes valores:

TABELA 38 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS – RISCO PROVÁVEL

Objeto das Ações	2022			2021		
	Plano	Plano	Total	Plano	Plano	Total
	Transitório	Misto		Transitório	Misto	
Revisão de Benefício (a)	5.440	1.352	6.792	4.710	1.279	5.989
Expurgos Inflacionários (b)	-	95	95	-	147	147
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	1.268	1.268	-	1.205	1.205
Pensão por Morte (d)	3.659	12.970	16.629	3.089	12.629	15.718
IRSM de Fev/1994 (e)	126	26	152	-	-	-
Total	9.225	15.711	24.936	7.799	15.261	23.059

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Já os valores referentes aos processos judiciais considerados possíveis somam R\$17.968 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$2.511 do Plano Transitório e R\$15.457 do Plano Misto. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, estas informações devem ser divulgadas, porém não há obrigatoriedade de registro contábil da provisão. Os principais pedidos nessas ações são a revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

TABELA 39 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS – RISCO POSSÍVEL

Objeto das Ações	Em R\$ mil					
	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	1.108	4.159	5.267	1.549	4.233	5.782
Expurgos Inflacionários (b)	102	321	423	90	352	442
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	397	2.268	2.665	-	2.104	2.104
Pensão por Morte (d)	870	8.236	9.106	673	6.522	7.195
IRSM de Fev/1994 (e)	-	473	473	-	-	-
Isenção Cont. Extraordinária (f)	34	-	34	-	-	-
Total	2.511	15.457	17.968	2.312	13.211	15.523

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

No que se refere aos pedidos das ações judiciais, seguem esclarecimentos:

- a) **Revisão de Benefício:** Os autores requerem reflexos sobre seus benefícios previdenciários com base em teses que diferem das regras previdenciárias;
- b) **Expurgos Inflacionários:** Os autores/ex-Participantes buscam incidência de determinados índices relacionados aos planos econômicos sobre a reserva de poupança resgatada; ou no caso dos Participantes Ativos/Assistidos, o recálculo da reserva de poupança transferida do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios, quando da migração;
- c) **Isenção da Contribuição Previdenciária:** Os autores buscam não pagar as contribuições previdenciárias ao longo da percepção do benefício da aposentadoria junto à CELOS, cuja contribuição visa completar a reserva matemática que lastreará o benefício da Pensão por Morte;
- d) **Pensão por Morte:** Os autores, não constantes no cadastro da CELOS como beneficiários do titular, pretendem o recebimento de Pensão por Morte em virtude do falecimento daquele;
- e) **IRSM de Fev/1994:** Os autores questionam que o salário de contribuição de janeiro de 1992 a fevereiro de 1994 seja corrigido pelo índice adotado pelo INSS na revisão dos benefícios concedidos após fevereiro de 1994; e
- f) **Insenção Contribuição Extraordinária:** Os autores questionam a forma de cobrança das parcelas da contribuição extraordinária não pagas decorrentes de decisões liminares que foram posteriormente revogadas.

10.2 Gestão Administrativa

O Exigível Contingencial da Gestão Administrativa se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de junho de 2006 a setembro de 2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo n.º 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita. Em maio de

2021 foi determinada a devolução dos autos ao tribunal de origem, para que o processo permaneça suspenso até julgamento do RE 609.096 RG (Tema n. 372), em regime de repercussão geral.

Vale ressaltar que a CELOS ingressou em ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito (proc. 5019225-75.2015.404.7200) contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas aos Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à CELOS, tendo o Judiciário declarado não serem exigíveis as contribuições ao INSS, ao SAT/RAT, ao Salário Educação e ao INCRA incidentes sobre as verbas pagas pela CELOS, a seus empregados, a título de 1/3 de férias, de abono de férias previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho e de aviso prévio indenizado. A União foi condenada a devolver os valores pagos ao mesmo título, nos 5 (cinco) anos antecedentes à propositura da Petição Inicial, acrescidos de correção monetária.

A União então interpôs Recurso Extraordinário, cuja competência para julgamento é Supremo Tribunal Federal – STF. Porém, antes da remessa dos autos para o STF, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 determinou que o processo ficasse “sobrestado” (leia-se: suspenso), até que fosse julgado pelo STF outro processo com discussão idêntica (Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações).

Em outubro de 2017 o andamento deste processo foi retomado, visto que o STF emitiu seu entendimento sobre o assunto: Tema STF n.º 20 - A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n.º 20/1998. (RE n.º 565.160/SC).

Em abril de 2018 o processo retornou a Turma do TRF que reafirmou seu posicionamento anterior, acerca da procedência do pedido da CELOS. A União então interpôs recursos especial e extraordinário. O TRF determinou que estes recursos ficassem suspensos até que fosse julgado este assunto no STF (Tema 985 – há recurso com a mesma matéria pendente de julgamento do STF). Contra esta decisão a CELOS opôs embargos de declaração (trata-se de um pedido de esclarecimentos ao Juízo) que foram rejeitados. Em março de 2022 o Juiz Relator determinou a suspensão deste processo até que haja o julgamento de outro recurso (RE tema 985, que trata sobre a natureza jurídica do terço constitucional de férias para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal), visto que o resultado poderá impactar neste processo. O processo permanece suspenso.

Também estão contabilizados nesta rubrica os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

TABELA 40 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exigível Contingencial da Gestão Administrativa	Em R\$ mil	
	2022	2021
Depósitos Judiciais	11.190	9.733
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.704	2.704
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	7.990	6.611
Depósitos de INSS	496	419
Depósitos Recursais	40	61
Depósitos de Processos Trabalhistas	40	61
Total	11.230	9.794

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

11 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1 Provisões Matemáticas

Registra-se o valor necessário para pagamento dos benefícios concedidos e a conceder, calculado atuarialmente pelo atuário externo, legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10 de junho de 2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

Em 2022 e em 2021, as Reservas Matemáticas eram compostas da seguinte forma:

TABELA 41 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Provisões Matemáticas	2022				2021			
	Plano	Plano	Plano	Total	Plano	Plano	Plano	Total
	Transitório	Misto	Família		Transitório	Misto	Família	
Benefícios Concedidos	865.843	3.051.084	-	3.916.927	864.338	2.867.445	-	3.731.783
Contribuição Definida	-	147.181	-	147.181	-	123.989	-	123.989
Benefício Definido	865.843	2.903.903	-	3.769.747	864.338	2.743.456	-	3.607.795
Benefícios a Conceder	-	917.846	72	917.918	-	899.537	-	899.537
Contribuição Definida	-	842.779	72	842.852	-	808.840	-	808.840
Benefício Definido	-	65.484	-	65.484	-	79.991	-	79.991
Outras Contr. da Geração Atual (a)	-	9.582	-	9.582	-	10.706	-	10.706
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(145.749)	(225.099)	-	(370.848)	(147.818)	(229.404)	-	(377.223)
(-) Déficit Equacionado	(145.749)	(225.099)	-	(370.848)	(147.818)	(229.404)	-	(377.223)
Total	720.094	3.743.831	72	4.463.997	716.520	3.537.577	-	4.254.097

(a) Benefício de risco

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

O Plano Transitório necessita de R\$865.843 para pagar todos os benefícios futuros dos seus Assistidos, ressaltando que R\$145.749 serão constituídos pelos Planos de Equacionamento em vigor. Já o Plano Misto tem obrigações na ordem de R\$3.051.084, dos quais R\$225.099 serão custeados pelos Planos de Equacionamento em vigor. Em relação aos benefícios a conceder, o Plano Misto e o Plano Família apresentam o montante de R\$917.846 e R\$72, respectivamente.

Hipóteses Atuariais nas Reavaliações Atuariais:

Plano Transitório – Na avaliação atuarial de 2022 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo n.º 59/2022, de 16 de dezembro de 2022.

TABELA 42 – HIPÓTESES ATUARIAIS – PLANO TRANSITÓRIO

Hipóteses Atuariais	2022	2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M	AT-2000 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-71	AT-71
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Taxa Real Anual de Juros	4,82%	4,82%
Hipótese sobre Composição Familiar	*1	*1
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Fator de Determinação	0,9831 ²	0,9831 ²

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

1: Composição de Família de Pensionistas: Família Real para assistidos.

2: Fator de Determinação: 0,9831, para definição do Fator de Capacidade, atrelado à inflação, foi adotada a meta de inflação de mais longo prazo disponível, equivalente à 3,00% ao ano.

Plano Misto – Na avaliação atuarial de 2022 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo n.º 59/2022, de 16 de dezembro de 2022.

TABELA 43 – HIPÓTESES ATUARIAIS – PLANO MISTO

Hipóteses Atuariais	2022	2021
	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	Desagravada em 5%	Desagravada em 5%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-71	AT-71
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real Anual de Juros	4,83%	4,90%
Hipótese sobre Composição Familiar	*1	*2
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Fator de Determinação	0,9831 ³	0,9831 ³
Rotatividade	1,49%	1,49%
Crescimento Real de Salários	3,08%	2,72%

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

1: Composição de Família de Pensionistas: Para Assistidos: Família Efetiva; Para os Ativos: cônjuge do sexo feminino é 3,43 anos mais jovem que o participante titular e o cônjuge do sexo masculino é 2,71 anos mais velho que a participante titular.

2: Composição de Família de Pensionistas: Para Assistidos: Família Efetiva; Para os Ativos: cônjuge do sexo feminino é 3,37 anos mais jovem que o participante titular e o cônjuge do sexo masculino é 2,64 anos mais velho que a participante titular.

3: Fator de Determinação: 0,9831, para definição do Fator de Capacidade, atrelado à inflação, foi adotada a meta de inflação de mais longo prazo disponível, equivalente à 3,00% ao ano.

11.2 Equilíbrio Técnico

Visando a sustentabilidade dos Planos Transitório e Misto, foram confrontados os respectivos bens e direitos com as obrigações, cujo resultado previdencial apurado no exercício de 2022 e 2021 está apresentado no quadro a seguir:

TABELA 44 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Equilíbrio Técnico	2022			2021		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
	Em R\$ mil					
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(44.810)	(413.430)	(458.240)	(34.023)	(310.645)	(344.668)
Total	(44.810)	(413.430)	(458.240)	(34.023)	(310.645)	(344.668)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

Em 31 de dezembro de 2022, a CELOS registrou déficit técnico acumulado no Plano Transitório de R\$44.810, e no Plano Misto de R\$413.430, ou seja, as obrigações atuais e futuras destes Planos são superiores aos seus bens e direitos.

Situação Patrimonial dos Planos de Benefícios:

Plano Transitório - apresentou déficit técnico acumulado de R\$28.426, em 31 de dezembro de 2022, correspondente a 3,95% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$16.384, referente ao ajuste da precificação.

Plano Misto - apresentou déficit técnico acumulado de R\$231.859, em 31 de dezembro de 2022, correspondente a 6,19% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$181.571, referente ao ajuste da precificação.

Equacionamento do Déficit - no Plano Transitório, com a publicação da Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, os Planos de Equacionamento dos Déficits de 2012, 2014 e 2017 foram unificados, de acordo com o Ato Deliberativo 41/2018, sendo amortizado pelo prazo equivalente à liquidação dos compromissos atuarias.

Quanto ao déficit técnico acumulado em dezembro de 2022, em decorrência da opção da CELOS em realizar o equacionamento do déficit do Plano Transitório pelo prazo equivalente à liquidação dos seus compromissos atuariais, em conformidade com a Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, será necessário adicionar ao Plano de Equacionamento o montante de R\$28.426, cujo novo custeio deve ser apresentado ao Conselho Deliberativo até o final do 1º semestre de 2023, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme registro na Ata COD 29/2018.

TABELA 45 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL – PLANO TRANSITÓRIO

Situação Patrimonial	Em R\$
	2022
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	675.284.276,85
Provisões Matemáticas (B)	720.094.144,00
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(44.809.867,15)
Ajuste de Precificação (D)	16.383.691,00
Déficit Ajustado (C + D)	(28.426.176,15)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

No Plano Misto está em vigor dois Planos de Equacionamento após apuração dos déficits registrados em 2014 e 2016. Com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31 de dezembro de 2022, é deficitária em R\$231.859, correspondente a 6,19% das Provisões Matemáticas. Desta forma, conforme legislação vigente, esse valor é superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$173.612, sendo necessário um novo Plano de Equacionamento de Déficit.

TABELA 46 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL – PLANO MISTO

Situação Patrimonial	Em R\$
	2022
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	3.330.400.459,69
Provisões Matemáticas (B)	3.743.830.651,07
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(413.430.191,38)
Ajuste de Precificação (D)	181.571.120,00
Déficit Ajustado (C + D)	(231.859.071,38)
Duração do Passivo (F)	10,3043
Limite do Déficit [1% x (F - 4) x (Provisões Matemáticas¹)]	173.612.274,69

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

1: Provisões Matemáticas: sendo essa provisão referente aos benefícios estruturados na modalidade definido, somada à provisão matemática a constituir.

Parte significativa dos déficits apresentados por ambos os Planos são decorrentes das adequações estruturais realizadas nos Planos, devidamente embasadas em estudos técnicos.

O resultado obtido pelo Plano Transitório é decorrente dos seguintes fatores:

TABELA 47 – RESULTADO – PLANO TRANSITÓRIO

Resultado	Em R\$ 2022
a) Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2021	(34.022.681,17)
b) Variação no Patrimônio de Cobertura	(7.212.995,08)
c) Variação nas Provisões Matemáticas	3.574.190,90
Variação esperada nas provisões partindo de 31/12/2021	(50.764.971,25)
Total da perda atuarial	52.269.856,59
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	2.069.305,56
Resultado Técnico em 31/12/2022 (a + b - c)	(44.809.867,15)
Ajuste de Precificação em 31/12/2022	16.383.691,00
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2022	(28.426.176,15)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

O resultado obtido pelo Plano Misto é decorrente dos seguintes fatores:

TABELA 48 – RESULTADO – PLANO MISTO

Resultado	Em R\$ 2022
a) Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2021	(310.644.930,07)
b) Variação no Patrimônio de Cobertura	103.468.077,13
c) Variação nas Provisões Matemáticas	206.253.338,44
Variação esperada nas provisões partindo de 31/12/2021	(79.204.980,63)
Total da perda atuarial	204.223.143,37
Redução da premissa de Taxas de Juros	19.577.778,19
Aumento da premissa de Crescimento Salarial	217.459,00
Efeito conjunto das alterações das premissas	3.831,69
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	61.436.106,82
Resultado Técnico em 31/12/2022 (a + b - c)	(413.430.191,38)
Ajuste de Precificação em 31/12/2022	181.571.120,00
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2022	(231.859.071,38)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2022

12 FUNDOS

12.1 Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais são compostos pelo saldo do Plano de Pecúlio e pelo saldo do Fundo Coletivo de Risco.

O Plano de Pecúlio é um Plano de Benefício Previdenciário patrocinado pela Celesc e pela CELOS para os seus Empregados, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho firmado com os sindicatos representantes das respectivas categorias profissionais. Conforme dispõe o Regulamento, o Plano de Pecúlio oferece aos beneficiários designados pelo Participante, com base no cadastro da CELOS, os benefícios de Pecúlio por Morte Natural e Pecúlio por Morte Acidental. Ao Participante que vier a se aposentar por invalidez permanente, assim reconhecida pelo INSS ou equivalente, será pago 75% do valor do benefício de Pecúlio por Morte Natural, a título de adiantamento. Os 25% restantes serão pagos, após o seu falecimento, aos beneficiários designados pelo Participante.

O Plano de Pecúlio é custeado paritariamente pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, mediante contribuição fixada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CELOS, na forma prevista no Regulamento.

Já o Fundo Coletivo de Risco foi criado em razão dos novos ditames regulamentares inseridos na versão 14 do Regulamento do Plano Misto. Este Fundo tem a finalidade de prover recursos para a concessão de Pecúlio por Entrada em Invalidez e de Pecúlio por Morte do Participante Não Assistido, objetivando

preservar a solvência em situação na qual as contribuições recebidas num determinado mês sejam inferiores aos recursos necessários para a concessão dos referidos benefícios.

Atuarialmente, estes Fundos são calculados pelo Atuário Externo legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10 de junho de 2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

TABELA 49 – FUNDOS PREVIDENCIAIS

Fundos Previdenciais	Em R\$ mil	
	2022	2021
Plano de Pecúlio	13.581	12.847
Coletivo de Risco	1.057	618
Total	14.638	13.465

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

12.2 Fundos Administrativos

12.2.1 Plano de Gestão Administrativa

O Plano de Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração de empréstimos, taxa administrativa previdencial, taxa administrativa do Plano de Pecúlio, receitas diretas e despesas administrativas.

Cabe ressaltar que a participação do Plano Transitório no Fundo Administrativo foi de R\$5.709 em 2022 (R\$4.802 em 2021), já do Plano Misto foi de R\$56.487 em 2022 (R\$44.610 em 2021). O Plano de Pecúlio contribuiu em 2022 com R\$185, e em 2021 com R\$128. Ressalta-se que a participação de cada Plano no Fundo Administrativo é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário (ver **Nota Explicativa n.º 3.10**).

12.2.2 Fundo Administrativo Compartilhado

O Conselho Deliberativo aprovou em 2022 a transferência do valor de R\$100 do Plano de Gestão Administrativa para o Fundo Administrativo Compartilhado, para destinar ao fomento de novos planos de benefícios a serem administrados pela CELOS, com o objetivo de dar cobertura aos gastos com prospecção, elaboração e implantação, compreendendo: estudo de mercado, negociação com potenciais interessados, planejamento das atividades, esboço do regulamento do plano, implantação, preparação da infraestrutura da EFPC, aprovação do regulamento, divulgação, captação de participantes e para cobertura parcial das despesas administrativas de novos planos de benefícios pelo período máximo de 60 (sessenta) meses após início de seu funcionamento.

Até o exercício de 2022, foram utilizados R\$21 do Fundo Administrativo Compartilhado, para dar cobertura aos gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento do Plano Família.

12.3 Fundos para Garantia das Operações com Participantes

Na rubrica Fundos para Garantia das Operações com Participantes está registrado o Fundo de Cota de Quitação – FCQ, que tem como objetivo a constituição de uma reserva financeira de garantia com finalidade única e exclusiva de realizar a quitação do saldo devedor de empréstimo contraído junto à CELOS, de responsabilidade do Participante Ativo ou Assistido, para o caso de seu falecimento. Este Fundo é capitalizado mensalmente pela instituição da cobrança de um Prêmio que o Participante paga à CELOS no momento da concessão do empréstimo. A taxa desse Prêmio é cobrada em parcela única, calculada atuarialmente, no momento da liberação do crédito. Vale observar que no caso de reforma do empréstimo será cobrado somente sobre o valor solicitado, deduzido o saldo devedor do empréstimo anterior.

A taxa destinada à fonte de custeio para cobertura do FCQ, como prêmio especificado no contrato mútuo, é fixada de acordo com a idade do Participante, prazo de amortização e valor concedido a título de empréstimo.

Ressalta-se que os recursos líquidos do respectivo Fundo serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos do Plano de Benefício que o Participante está inscrito, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. A apropriação dos rendimentos, decorrente da aplicação dos recursos líquidos do FCQ, será proporcional à sua participação no total dos investimentos ou à rentabilidade efetiva, se aplicada separadamente. Por fim, a movimentação dos recursos ocorrerá com o falecimento do Participante, liquidando-se o saldo devedor no final do mês em que ocorreu o óbito ou nos meses seguintes, após apresentação da certidão de óbito na CELOS.

A participação do Plano Transitório no FCQ é de R\$2.902 em 2022 (R\$2.553 em 2021), e do Plano Misto é de R\$19.323 em 2022 (R\$17.909 em 2021).

13 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A CELOS reconheceu o ajuste de precificação no exercício de 2022, de acordo com a Resolução CNPC n.º 30, de 10 de outubro de 2018, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (Misto e Transitório), o qual corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham o seu valor, ou nível previamente estabelecidos, cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, calculado por meio do Sistema Ventura, desenvolvido pela PREVIC para este fim. Referente ao Plano Misto, por ser um plano de benefícios de contribuição variável, a carteira de títulos públicos federais classificados na categoria mantida até o vencimento está vinculada exclusivamente à parcela do plano correspondente à benefícios já concedidos e desde que utilizem hipóteses atuariais, nos termos da Resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021.

14 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Em atenção ao disposto na Resolução CFC n.º 1.180, de 04 de agosto de 2009, e Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, que estabelecem a necessidade de uma descrição da natureza do ativo contingente quando for provável a entrada do benefício econômico, apresenta-se a seguir os ativos contingentes da CELOS, em 31 de dezembro de 2022.

Baixa contábil do imóvel Célia Couto Daux

Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a baixa contábil integral do valor registrado ao imóvel comercial Célia Couto Daux, o que totalizava R\$22.553.605,29, devido integralmente pelo Plano Misto, com impacto na rentabilidade de janeiro de 2023. Localizado na Avenida Beira Mar Norte, em Florianópolis/SC, a aquisição desse imóvel ocorreu em 2009 e atualmente o empreendimento estava locado. A CELOS ingressou em 2015 com ação judicial para desfazimento do Contrato de Compra e Venda do imóvel por conta de obrigações não atendidas pelo vendedor; nessa ação a CELOS obteve êxito parcial em primeira instância no ano de 2019 e confirmação da sentença em segunda instância em 2022.

Em paralelo a essa discussão, a União Federal ingressou com ação judicial contra o Estado de Santa Catarina requerendo a titularidade do terreno em que se localiza o imóvel, que resultou em ganho de causa à União – a CELOS não faz parte dessa ação. Em dezembro de 2022, considerando a sentença favorável a União, houve a imissão da posse para aquela, de modo que a CELOS deixou de ter o controle sobre o imóvel. Como indenização, a União depositou judicialmente R\$20.800.000,00, que estão bloqueados até a conclusão da ação entre a CELOS e o vendedor. Nessa ação, a CELOS cobra valor superior ao da baixa contábil.

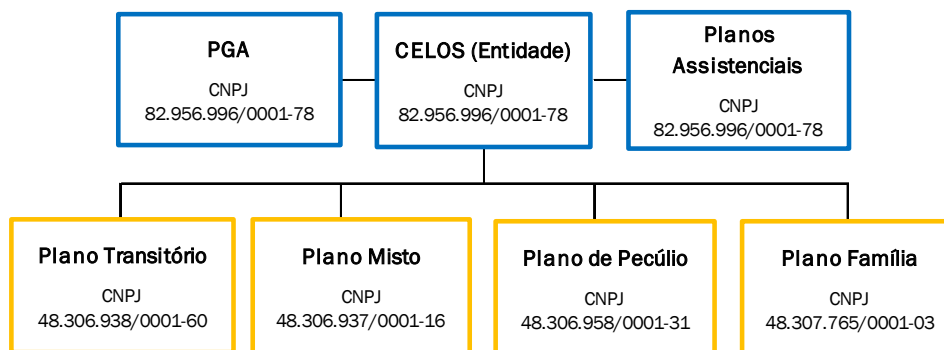
Como consequência dessas circunstâncias, pela CELOS ter perdido a posse do imóvel, em atendimento da legislação relativa à contabilização de ativos por parte de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foi realizada a baixa contábil integral do valor registrado ao imóvel Célia Couto Daux.

A CELOS segue buscando o recebimento pelo desfazimento do Contrato de Compra e Venda do imóvel. O investimento nesse imóvel foi objeto de Relatório Circunstanciado que ainda está pendente de apreciação por parte da Auditoria Interna e do Conselho Deliberativo da CELOS.

15 CNPJ POR PLANO

Em 2022, a PREVIC publicou a Resolução PREVIC n.º 12, de 19 de agosto de 2022, que constitui os procedimentos de transferência ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos, bem como diretrizes, necessidade de estudo técnico, processo decisório, registro dos ativos, detalhamento em notas explicativas e disposições gerais.

Já em 25 de outubro de 2022, a Secretaria da Receita Federal publicou um anexo com a lista de dos registros dos Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de todos os planos de benefícios das EFPC na edição do Diário Oficial da União. Deste modo, com a publicação do Ato Declaratório COCAD n.º 04, a nova estrutura da CELOS com o CNPJ por Plano ficará da seguinte forma:



Nesta nova estrutura, o CNPJ da CELOS (Entidade) será o mesmo para o Plano de Gestão Administrativa – PGA e para os Planos Assistenciais. Já os planos de benefícios terão CNPJ próprios, entretanto, como consta na Resolução CNPC n.º 46, de 01 de outubro de 2021, art. 5º §1º, a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica próprio aos planos de benefícios. Portanto, a obrigatoriedade de apresentação de obrigações acessórias é atribuída à pessoa jurídica, neste caso, a respectiva EFPC, como detalha a Nota RFB/SUFIS n.º 8/2022.

Outra definição importante trazida pela Resolução CNPC n.º 46, é que o tramite necessário à segregação dos ativos de uma mesma EFPC não se caracterizará em operações de compra e venda, transmissão de propriedade, do domínio útil de bens ou de direitos sobre bens móveis ou imóveis, tampouco cessão de direitos ou qualquer outra forma de troca e ativos. Esse dispositivo é essencial para afastar o risco de transferência onerosa de propriedades entre os planos no momento de fazer a segregação de ativos.

No caso da CELOS, os ativos já estão segregados por planos de benefícios, bem como para o segmento de investimentos imobiliários, que também possui segregação real.

Por fim, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC publicou em 16 de dezembro de 2022, a Resolução CNPC n.º 56, que prorrogou o prazo para até 30 de junho de 2023 para operacionalização do CNPJ por Plano. Desta forma, a CELOS terá até esta data para finalizar os ajustes necessários para implantação da operacionalização integral do CNPJ por Plano.

16 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS adota, de forma permanente, as melhores práticas de governança corporativa, seguindo as diretrizes e orientações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

A adoção das melhores práticas resulta na elaboração e atualização permanente de normas, manuais, regimentos, procedimentos, instruções de trabalho e demais documentos que orientam a relação da CELOS com o seu público externo e interno. Além disso, a CELOS entende que a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para a transparência e o fortalecimento do vínculo fiduciário com os seus Participantes, Entidades Representativas, Patrocinadoras e Colaboradores, bem como, o alinhamento com os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

Em 2022, a CELOS atualizou a sua Política de Investimentos e estrutura aos ditames da Resolução CMN n.º 4994, de 24 de março de 2022, manteve a certificação da ISO 9001:2015 para toda a Entidade, ampliou o conteúdo do Portal da Transparência incluindo as informações vinculadas aos riscos dos investimentos e mantendo-o como principal ferramenta para a divulgação ativa das informações da Entidade, conforme preconiza a Resolução CNPC n.º 32, de 04 de dezembro de 2019. Além disso, deu continuidade às ações definidas no Plano Estratégico para o período 2019/2023, alterando o seu Estatuto Social, aprovada versão 7 em 13 de dezembro de 2021, para a finalidade de se constituir como instituidora de Planos Previdenciários criando o Plano CELOS Família a partir de julho de 2022. Ao final de 2022 a CELOS recebeu o SELO de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP.

A Entidade é sustentada por uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, assessorados por um conjunto de comitês e comissões internas com atribuições e responsabilidades formalizadas e em conformidade com as normas em vigor. A estrutura de controles internos está evidenciada nos Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalhos organizados no Sistema de Gestão da Qualidade, no Código de Conduta Ética e nas diversas Políticas Institucionais, sendo estes documentos conhecidos e disponíveis a todos os Colaboradores, Diretores e Conselheiros, e na existência de uma área de Controles Internos e Compliance responsável, junto às demais áreas, pela condução do processo de avaliação, monitoramento e controle dos riscos, pelas atividades de compliance de investimentos, controle de gestão da qualidade, monitoramento de obrigações legais e jurídico interno.

A Entidade também conta com a área de Gestão Estratégica que, dentre suas atribuições, conduz, monitora e controla processos relacionados à gestão estratégica de pessoas, evidenciados em Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalho formalizadas que tratam de treinamento e capacitação profissional, além de monitorar obrigações legais relacionadas à habilitação, certificação e qualificação de Dirigentes e Conselheiros. Por fim, destaca-se a existência do Escritório de Projetos, responsável pelo gerenciamento de projetos estratégicos e táticos, padronizando os processos relativos ao gerenciamento e melhorando a eficiência dos mesmos, conforme prioridades e definições constantes no Plano Estratégico da Entidade.

Em conformidade com a Lei n.º 13.709, 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, a CELOS conta com um Encarregado como responsável pelo tratamento dos dados pessoais e interface com os titulares dos dados e os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

17 GESTÃO DE RISCOS

Um dos aspectos relacionados à governança corporativa é a Gestão de Riscos, sendo este um processo dinâmico e de aprimoramento contínuo incorporado à cultura da organização, com o objetivo de disponibilizar a melhor informação para a tomada de decisões táticas e estratégicas. Atualmente há Planos de Riscos para todas as áreas técnicas e processos da Entidade, que são atualizados constantemente de acordo com mudanças de contexto interno e externo.

A Gestão de Riscos da CELOS é um processo contínuo, personalizado e acompanhado por Colaboradores de todos os níveis da Fundação, e considera em sua tomada de decisão alguns conceitos e parâmetros como:

- **Risco de Mercado:** impacto da volatilidade dos ativos;
- **Risco de Crédito:** riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;
- **Risco de Liquidez:** riscos decorrentes da negociação de ativos, convertendo-os em dinheiro;
- **Risco Atuarial:** risco da não formação de reservas adequadas com os compromissos atuariais;
- **Risco Operacional:** risco de falhas em processos;
- **Risco Jurídico:** riscos oriundos de ações judiciais; e
- **Risco de Imagem:** riscos de perda de credibilidade.

Os riscos associados a instrumentos financeiros são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os investimentos são custodiados junto ao Banco Bradesco S.A., o qual possui Manual de Precificação específico. Uma consultoria externa presta auxílio no monitoramento dos investimentos e enquadramento legal. Internamente, a área de Compliance monitora diariamente os investimentos, certificando-se da sua conformidade, e os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade realizam o acompanhamento dos Investimentos dos Planos.

Além disso, as aplicações financeiras devem respeitar as Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo, que disciplinam as aplicações dos recursos pertencentes aos Planos Previdenciários, sendo que os limites e critérios apresentados estão na Resolução Normativa CMN n.º 4.994, de 24 de março de 2022, e atualizações, que dispõem sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos investimentos relacionados aos Planos.

18 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no art. 27 e Parágrafo Único da Instrução Normativa PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020, as Demonstrações Financeiras devem ser apresentadas por Plano de Benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os Planos, Participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciários, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros.

A CELOS, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Financeiras, de 31 de dezembro de 2022, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

TABELA 50 – CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em R\$ mil								
2022								
Ativo	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	PGA	Assistencial	Eliminações	Consolidado
Disponível	67	394	-	26	141	-	-	628
Realizável	697.566	3.436.551	72	13.749	67.706	-	(62.381)	4.153.262
Gestão Previdencial	278.457	365.054	1	-	-	-	-	643.512
Gestão Administrativa	5.709	56.487	-	185	14.009	-	(62.381)	14.009
Contas a Receber	-	-	-	-	143	-	-	143
Participação Fundo Administrativo	5.709	56.487	-	185	-	-	(62.381)	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	11.230	-	-	11.230
Tributos a Compensar	-	-	-	-	126	-	-	126
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	-	-	-	2.159	-	-	2.159
Outros Realizáveis	-	-	-	-	351	-	-	351
Investimentos	413.400	3.015.010	71	13.563	53.697	-	-	3.495.741
Imobilizado e Intangível	-	-	-	-	7.912	-	-	7.912
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	154.882	-	154.882
Total do Ativo	697.633	3.436.945	72	13.775	75.759	154.882	(62.381)	4.316.685
Passivo	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Família	Plano de Pecúlio	PGA	Assistencial	Eliminações	Consolidado
Exigível Operacional	(1.134)	(12.768)	-	(9)	(2.148)	-	-	(16.058)
Gestão Previdencial	(866)	(10.746)	-	-	-	-	-	(11.612)
Gestão Administrativa	-	-	-	-	(2.146)	-	-	(2.146)
Investimento	(267)	(2.023)	-	(9)	(1)	-	-	(2.300)
Exigível Contingencial	(12.604)	(16.909)	-	-	(11.230)	-	-	(40.743)
Gestão Previdencial	(12.604)	(16.909)	-	-	-	-	-	(29.513)
Gestão Administrativa	-	-	-	-	(11.230)	-	-	(11.230)
Patrimônio Social	(683.895)	(3.407.267)	(72)	(13.766)	(62.381)	-	62.381	(4.105.001)
Patrimônio de Cobertura do Plano	(675.284)	(3.330.400)	(72)	-	-	-	-	(4.005.757)
Provisões Matemáticas	(720.094)	(3.743.831)	(72)	-	-	-	-	(4.463.997)
Equilíbrio Técnico	44.810	413.430	-	-	-	-	-	458.240
Fundos	(8.611)	(76.867)	-	(13.766)	(62.381)	-	62.381	(99.243)
Fundos Previdenciais	-	(1.057)	-	(13.581)	-	-	-	(14.638)
Fundos Administrativos	(5.709)	(56.487)	-	(185)	(62.381)	-	62.381	(62.381)
Fundos dos Investimentos	(2.902)	(19.323)	-	-	-	-	-	(22.224)
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	(154.882)	-	(154.882)
Total do Passivo	(697.633)	(3.436.945)	(72)	(13.775)	(75.759)	(154.882)	62.381	(4.316.685)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

19 PARTES RELACIONADAS

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

19.1 Transações com o Patrocinador

Em 31 de dezembro de 2022, a CELOS possuía ações da Celesc em sua carteira de investimentos (ver Nota Explicativa 6.3).

19.2 Operações com Participantes

Representa as operações de empréstimos concedidos aos Participantes de acordo com o Regulamento vigente, registradas pelo valor original acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, líquidos de provisão para cobrir possíveis Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ver **Nota Explicativa 6.6**).

19.3 Remuneração dos Administradores e Conselheiros – Pessoal Chave

Em conformidade com o Estatuto Social, versão 7, vigente desde 13 de dezembro de 2021, o quadro abaixo demonstra as remunerações/verba de representação pagas aos membros dos Órgãos Estatutários:

TABELA 51 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS

Remuneração	Em R\$ mil	
	2022	2021
Diretoria Executiva	1.179	1.074
Conselho Deliberativo	306	284
Conselho Fiscal	203	189
Total	1.688	1.547

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2022

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 Resolução Normativa PREVIC n.º 18, de 22 de dezembro de 2022

Em 01 de janeiro de 2023 entrou em vigor a Resolução Normativa PREVIC n.º 18, de 22 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. Adicionalmente, a referida Resolução revogou a Instrução Normativa PREVIC n.º 42, de 11 de outubro de 2021, sem, no entanto, tornar sem efeito as regras tratadas naquela norma, uma vez que transferiu para a nova regulamentação a totalidade do conteúdo anterior. A Resolução n.º 18 estabeleceu a obrigação de impacto contábil decorrente de avaliação prospectiva de risco de crédito em operações realizadas pelas Entidades, inclusive contra seus Participantes. Com isso, espera-se que haja a necessidade de constituição de provisões adicionais para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros a partir de janeiro de 2023. Em avaliação preliminar com base nas melhores informações disponíveis, a CELOS estima que esse impacto pode ser de R\$5.426.370,31 no Plano Misto e de R\$58.546,66 no Plano Transitório. Os demais Planos não serão impactados.

20.2 Ações Lojas Americanas

Referente ao fato relevante divulgado pela empresa Americanas S.A., em 11 de janeiro de 2023, a CELOS informa que não possuía ativos em carteira própria vinculados à empresa, mas ao considerar os

ativos dos fundos de investimentos abertos investidos pela CELOS, o único com percentual superior a 1% da carteira era o fundo MOAT FIC Ações, com aplicação em AMER3. Na posição de 10 de janeiro de 2023 o fundo máster do MOAT FIC Ações detinha 8,27% de seu patrimônio em ações AMER3. O gestor do fundo iniciou processo para zerar a posição no dia subsequente ao fato relevante e concluiu a venda total em 16 de janeiro de 2023. Segundo o gestor, o impacto no fundo MOAT FIC Ações no mês janeiro foi de 5,03%. A representatividade deste fundo para a carteira da CELOS é baixa, correspondendo a apenas 0,6% do patrimônio do Plano Misto e 0,28% do Plano Transitório, portanto, o impacto para a rentabilidade dos Planos foi baixa, aproximadamente 0,03% e 0,01%, respectivamente. Independentemente do ocorrido, a CELOS já estava em processo de resgate total deste fundo, concluído no mês de fevereiro, em função do prazo de cotização do fundo.

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

Diretora Presidente

CPF n.º 908.823.699-20

Henri Machado Claudino

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n.º 647.423.009-63

Paulo César da Silveira

Diretor de Seguridade

CPF n.º 299.885.519-91

Sabrina Ventura

Contadora CRC/SC n.º 039938/0

CPF n.º 070.535.319-29

**FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE
SOCIAL - CELOS**
CNPJ Nº 82.956.996/0001-78

Florianópolis - SC

**(Demonstrações Contábeis do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2022)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores da
FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Equilíbrio Técnico - Equacionamento de Déficit

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11.2, na qual é mencionada a necessidade de elaboração de novo plano de equacionamento para o equilíbrio técnico dos planos previdenciais: Misto e Transitório, o qual deverá ser realizado pela entidade no decorrer de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Planos de Saúde CELOS

Conforme informado na nota explicativa nº 1, combinado com as informações da nota explicativa nº 8, a **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS** administra e executa planos de assistência à saúde, conforme permitido no artigo 76 da Lei Complementar

nº 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar.

Nas demonstrações contábeis da entidade os valores referentes aos planos de assistência à saúde da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS** são informados na rubrica: Gestão Assistencial, no Ativo, no Passivo e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada. As demonstrações contábeis previstas na legislação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referentes   Gestão Assistencial, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado para atender as normas desse  rg o Regulador.

Outras informa es que acompanham as Demonstra es Contábeis e o Relatório do Auditor

A administra o da entidade   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o, cuja expectativa de recebimento   posterior   data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstra es contábeis não abrange o Relatório da Administra o e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstra es contábeis, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administra o e da Governança pelas Demonstra es Contábeis

A administra o   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstra es contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es contábeis livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das demonstra es contábeis, a administra o   responsável pela avalia o da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das demonstra es contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a entidade ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das demonstra es contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstra es contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes. As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra es contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falhas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2023.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SC
CVM Nº 7.862

MOACIR JOSE

GRUNITZKY:41501764934

Assinado de forma digital por MOACIR JOSE
GRUNITZKY:41501764934
Dados: 2023.02.09 14:36:36 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2022.003.20314

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1 S/SC
CNAI 514



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS – REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2022**

No cumprimento das disposições legais e em conformidade com o inciso I do Art.34 do Estatuto Social da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS (Versão 7), o Conselho Fiscal da CELOS, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Transitório, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Misto, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Pecúlio, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Família , Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Transitório, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Misto, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Pecúlio, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Família a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e com base nos Pareceres do Atuário externo legalmente responsável pelos Planos Previdenciários Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, emitidos em 17 de fevereiro de 2023 (Planos Transitório, Misto e Pecúlio) e 27 de janeiro de 2023 (Plano Família), Relatório da Auditoria Independente emitido pela Grunitzky Auditores Independentes, datado de 30 de janeiro de 2023, e dos controles e acompanhamentos executados durante o exercício social de 2022, entende que as demonstra es contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da CELOS, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as muta es patrimoniais e os resultados de suas opera es referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legisla o do CNPC e PREVIC aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar. Ante o exposto, concluímos que as Demonstra es Financeiras da CELOS reúnem as condi es necessárias para serem aceitas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em cumprimento com o que determina o Estatuto da CELOS, recomendando o devido encaminhamento desta documenta o para aprecia o do Conselho Deliberativo.

Florianópolis/SC, 1  de março de 2023.

Benhour de Castro Romariz Filho

Cleber Borges da Silva (ausente)

Mery Alessandra Martinenghi

Rogéria Rodrigues Machado



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

O Conselho Deliberativo da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, em cumprimento às atribuições que lhe confere o inciso XIII do Artigo 29 do Estatuto Social (Versão 7), reuniu-se, extraordinariamente, em 17 de março de 2023, para examinar as Demonstrações Financeiras dos Planos Previdenciários relativas ao exercício de 2022, apresentadas pela Diretoria Executiva.

Após o exame da documentação e aprovação da Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo, embasado no pronunciamento favorável da Grunitzky Auditores Independentes, de 30/01/2023, e no Parecer do Conselho Fiscal, de 01/03/2023, aprovou, por unanimidade, os documentos apresentados, os quais devem ser divulgados na forma da legislação vigente.

Florianópolis, 17 de março de 2023.

Fernando Yamakawa
Presidente do Conselho Deliberativo

Geraldo Prus
Membro do Conselho Deliberativo

Elisabeth Coelho da Silva
Membro do Conselho Deliberativo

João Roberto Maciel
Membro do Conselho Deliberativo

Emerson Edson dos Santos de Azevedo
Membro do Conselho Deliberativo

Lucir Geraldino Tomaselli
Membro do Conselho Deliberativo